

REVISTA REDAÇÃO

07/09/2014 - Ed. 36



Lucas Rocha



A NOVA FRONTEIRA DA **INCOMUNICAÇÃO**

Quanto mais se aperfeiçoam os recursos, as técnicas e as possibilidades que o homem tem de se comunicar, aumentam também, em idêntica proporção, as suas incapacidades. Uma análise sob o ponto de vista de Bauman e Slavoj Žižek.

RENATO NUNES BITTENCOURT

// Crítica à hegemonia heterossexual //

A incorporação da Teoria queer entre nós se iniciou pela educação, uma área afeita à reflexão sobre a formação dos sujeitos



Em busca dos **indecisos**

A disputa eleitoral permanece aberta e que Dilma, Aécio e Marina Silva podem chegar ao segundo turno.

A nova fronteira da incomunicação (RENATO NUNES BITTENCOURT)

Quanto mais se aperfeiçoam os recursos, as técnicas e as possibilidades que o homem tem de se comunicar, aumentam também, em idêntica proporção, as suas incapacidades. Uma análise sob o ponto de vista de Bauman e Slavoj Zizek



TALVEZ seja impossível pensarmos o desenvolvimento da vida humana sem o aprimoramento contínuo das tecnologias comunicativas, estabelecendo, assim, a aproximação interpessoal inevitável para a criação de relações sociais que promovem os mais diversos níveis de progresso material das civilizações. "Quem não se comunica, se trumbica", já dizia o saudoso ícone da comunicação popular José Abelardo Barbosa de Medeiros (1917-1988), carinhosamente conhecido como Chacrinha.

A essência da condição humana estaria fundamentada na capacidade social de interação e comunicação com outrem. Aristóteles já expressara em sua *Política* a tese de que o homem é por natureza um "animal social" e que "a fala tem a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo, e, portanto também o justo e o injusto".¹ Por conseguinte, a comunicação promove ações sociais que são úteis para o progresso da vida comunitária mediante a associação entre os indivíduos que, de alguma forma, apresentam afinidades entre si, sejam religiosas, culturais, linguísticas.

O advento da Modernidade e o seu inerente progresso técnico ocasionou uma curiosa situação em nossas relações sociais: apesar de inúmeras tecnologias comunicacionais disponíveis em nossa civilização técnica, não conseguimos estabelecer, de modo geral, relações comunicativas profundas com nossos interlocutores. Não se pode negar, obviamente, o aprimoramento da velocidade dos processos comunicacionais e suas trocas informativas, mas em que isso melhorou o desenvolvimento de uma consciência ética conectada plenamente aos grandes problemas do mundo, estimulando as pessoas a se libertarem de suas particularidades pessoais e suas limitadas percepções da realidade?

A MAIS TRIVIAL AMEAÇA DE QUE NÃO PODEREMOS NOS CONECTAR AO MUNDO VIRTUAL É CAPAZ DE NOS CAUSAR PAVORES TERRÍVEIS, PROFUNDAS CRISES EMOCIONAIS

TECNOLOGIA E ALIENAÇÃO

Ao invés de aproximar as pessoas e mobilizá-las para a efetivação de causas comuns, o uso alienado das tecnologias comunicacionais, em verdade, gera o distanciamento pleno entre as pessoas, pois o interlocutor é estigmatizado como uma mera coisa, desprovida de subjetividade. Fica claro, obviamente, que o problema fundamental da incomunicação humana não se encontra nos instrumentos técnicos, nos aplicativos, nas redes sociais, mas sim na falta de disposições éticas que permeiem as ações humanas nesse novo contexto cultural da sociedade de informação, que poderia talvez promover uma revolução política de escala global caso o amor pela liberdade e pela justiça fossem os motores do engajamento comunicacional dos indivíduos na era da virtualização das informações.

PARA BAUMAN,

a solidão por trás da porta fechada de um quarto com um telefone celular à mão pode parecer uma condição menos arriscada, ou mais segura, do que compartilhar o terreno doméstico comum

Talvez não haja nada mais escabroso do que estabelecer um projeto de conversa com uma dada pessoa e esta, em vez de olhar nos seus olhos e demonstrar efetivo interesse por aquilo que é dito, prefere estar concentrada nos aplicativos do seu aparelho celular, mantendo-se alheia em relação ao mundo que a rodeia. Esses dispositivos eletrônicos são verdadeiros fetiches tecnológicos, aos quais projetamos todos os valores superiores de nossa existência industrial e idolatramos como instrumentos sagrados, sem os quais seria impossível vivermos. Com efeito, que habitante da grande sociedade de informação consegue conceber hoje uma vida feliz e digna sem celulares ou internet?

A mais trivial ameaça de que não poderemos nos conectar ao mundo virtual ou de que uma dada rede social será extinta é capaz de nos causar pavoros terríveis, profundas crises emocionais. Essa mesma indignação histriônica não é direcionada, por exemplo, pela defesa de causas sociais, políticas, culturais e ambientais muito mais nobres. O indivíduo autocentrado da era tecnológica é informado de diversos acontecimentos ocorridos pelo mundo, mas não conhece as contradições mais violentas que estão encrustadas no seio de sua própria sociedade, como a criminalização da pobreza, a repressão policial, os preconceitos de toda espécie. Esse indivíduo somente toma ciência de que seu mundo encantado das redes virtuais é sujo e feio quando seu celular é roubado por um infrator ou quando seu notebook pifa, impedindo-o momentaneamente de interagir com seus contatos virtuais.

Visualizemos uma grande família reunida na mesa de jantar com cada membro entretido com seu apetrecho sagrado sem que haja qualquer comunicação mais substancial entre cada um. Nem mesmo conversas triviais ocorrem nesse momento que tradicionalmente servia de integração entre os convivas. Situações similares se repetem em diversas outras ocasiões da vida tecnológica do sujeito, havendo em comum o alheamento em relação aos problemas concretos da existência e ao exercício da introspecção. Viagens longas que poderiam servir para meditações são preenchidas com passatempos, pois o período ocioso motiva o tédio na consciência de quem é incapaz de serenar seu ânimo sem a necessidade de direcionar seus pensamentos para distrações momentâneas.

Na era tecnológica, perdemos definitivamente a capacidade de ouvir o outro. Com efeito, a sociedade individualizada da era tecnocrático-capitalista cada vez mais submete o sujeito ao plano da "idiotia", ou seja, à vida autocentrada, incapaz ou desinteressada em dialogar com qualquer inteligência externa reconhecendo a importância e pertinência do seu discurso. Essa disposição "idiota" se manifesta em diversos aspectos da vida cotidiana atual, seja na nossa incapacidade de nos comunicarmos efetivamente com as pessoas por preferirmos os prazeres sensoriais e entretenimentos dos celulares e aplicativos, seja pela sensação de conforto que preferimos manter encastelando-nos nas ilhas de segurança como se não houvesse a miséria no mundo real nos esperando com seu calor, sua sujeira, seu terror.



Seria o celular um elemento identitário indispensável para a sociedade contemporânea ou um mero fator de alienação e de inautenticidade existencial?

Na era tecnológica, perdemos definitivamente a capacidade de ouvir o outro. Com efeito, a sociedade individualizada da era tecnocrático-capitalista cada vez mais submete o sujeito ao plano da "idiotia", ou seja, à vida autocentrada, incapaz ou desinteressada em dialogar com qualquer inteligência externa reconhecendo a importância e pertinência do seu discurso. Essa disposição "idiota" se manifesta em diversos aspectos da vida cotidiana atual, seja na nossa incapacidade de nos comunicarmos efetivamente com as pessoas por preferirmos os prazeres sensoriais e entretenimentos dos celulares e aplicativos, seja pela sensação de conforto que preferimos manter encastelando-nos nas ilhas de segurança como se não houvesse a miséria no mundo real nos esperando com seu calor, sua sujeira, seu terror.

TALVEZ AS LEIS MAIS VIOLADAS PELOS BRASILEIROS SEJAM AQUELAS QUE PROÍBEM O USO DE CELULARES EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS, TEATROS E SALAS DE CINEMA

Apesar de todas as facilidades tecnológicas, nossas experiências comunicacionais mediadas por esses instrumentos não promovem a alteridade, apenas o silêncio interior, pois não queremos ouvir o discurso do outro, não valorizamos a arte da escuta, que exige paciência, acolhimento; tanto pior, muitas vezes somos autoritários fascistas, impedimos o outro de falar, de enunciar seu discurso, de transmitir suas ideias para o mundo. Ocorre ainda o excesso discursivo do próprio usuário das redes sociais ou dos meios de comunicação como um todo, refletindo nesses suportes tecnológicos o que ele faz no seu cotidiano: fala sem parar, sem dar tempo de seu interlocutor responder ou mesmo tentar compreender a verborragia que o histórico enuncia com tanta voracidade. Nesse contexto não há comunicação, apenas enunciados solitários, monólogos, típicos das personalidades egocêntricas que não reconhecem nada além de seu próprio eu.

A TECNOLOGIA E A MÁ EDUCAÇÃO

Constantemente debatemos a crise da Educação perante a submissão da docência aos paradigmas espetaculares, circunstância que exige a degradação discursiva do professor para que consiga seduzir consciências estudantis dependentes de estímulos psíquicos intensos. O empobrecimento do vocabulário suprime a riqueza semântica do discurso, pois a consciência alienada rechaça qualquer palavra imputada como difícil, desvalorizando-a em seu mundo simbólico. Para o estudante idiotizado, não basta perseverar no seu desinteresse intelectual em interagir com os conceitos apresentados pelo docente, mas também impedi-lo de transmiti-los através dos meios mais estúpidos. O professor passa seus conhecimentos pedagógicos para uma massa indistinta composta por alunos e aparatos tecnológicos conectados com um mundo global que talvez seja muito mais interessante do que o apresentado pelo docente em sua labuta.

O amor líquido de Bauman

"O advento da proximidade virtual torna as conexões humanas simultaneamente mais frequentes e mais banais, mais intensas e mais breves. As conexões tendem a ser demasiadamente breves e banais para poderem condensar-se em laços. Centradas no negócio à mão, estão protegidas da possibilidade de extrapolar e engajar os parceiros além do tempo e do tópico da mensagem digitada e lida - ao contrário daquilo que os relacionamentos humanos, notoriamente difusos e vorazes, são conhecidos por perpetrar. Os contatos exigem menos tempo e esforço para serem estabelecidos, e também para serem rompidos. A distância não é obstáculo para se entrar em contato - mas entrar em contato não é obstáculo para se permanecer à parte. Os espasmos da proximidade virtual terminam, idealmente, sem sobras nem sedimentos permanentes. Ela pode ser encerrada, real e metaforicamente, sem nada mais que o apertar de um botão. A realização mais importante da proximidade virtual parece ser a separação entre comunicação e relacionamento. Diferentemente da antiquada proximidade topográfica, ela não exige laços estabelecidos de antemão nem resulta necessariamente em seu estabelecimento. 'Estar conectado' é menos custoso do que 'estar engajado' - mas também consideravelmente menos produtivo em termos da construção e manutenção de vínculos."

(BAUMAN, 2004, págs. 38-39)



Hoje, o uso do celular traz consigo a praticidade e, nas suas mais diversas versões, muito mais funções do que a simples comunicação com pessoas que estão em lugares distantes, como foi pensado originalmente por Graham Bell



A infinidade de possibilidades que os atuais meios de comunicação disponibilizam para seus usuários acaba por fazê-los perder a noção quanto a real necessidade do uso desses objetos, a tal ponto que não sabem mais quem é o instrumento

pois seu espírito crítico não estava presente, apenas seu afa histriônico de associar sua imagem nessa encenação. Há muitos *selfies* tirados nesses espetáculos, mas se indagarem ao sujeito o teor estético da encenação, ele pouco poderá dizer. Mas o que isso lhe importa? Estar presente no espaço cultural lhe é mais importante do que vivenciar a obra encenada, fato que evidencia a ausência de disposições estéticas de grande parte do público que frequenta casas de cultura.

Necessitamos desenvolver uma nova educação estética na civilização tecnocrática da dita pós-modernidade, e um dos pontos cruciais será aprendermos a nos despojar momentaneamente dos aparelhos eletrônicos durante as apresentações culturais, não apenas em respeito às outras pessoas do público e aos artistas, mas também para interagirmos intimamente com as criações artísticas de modo proveitoso em nossa formação cultural. Muito melhor do que colocar a adaptação de uma obra musical de Vivaldi como toque de chamada do celular é poder assistir à apresentação virtuosística de uma camerata que execute as peças musicais do grande gênio italiano sem os incômodos proporcionados pelos incidentes produzidos pelos ruídos desagradáveis dos aparelhos eletrônicos que insistimos em deixar ligados durante as apresentações artísticas.

AS RELAÇÕES AFETIVAS MEDIADAS PELAS TELAS DE COMPUTADORES E DEMAIS APARATOS ELETRÔNICOS GARANTEM AO USUÁRIO UM RAZOÁVEL NÍVEL DE SEGURANÇA CONTRA TRANSTORNOS AFETIVOS

DUALIDADE COMUNICATIVA

As redes sociais são estruturas comunicativas que devem ser observadas de maneira bilateral pelo analista da cultura: assim como se tornam centros virtuais de interação capazes de mobilizar pessoas para causas políticas de grande importância social, tais como protestos contra a opressão policial, a corrupção parlamentar e a espoliação do espaço público pela cobiça empresarial, dentre outras justas reivindicações, também as redes sociais podem se tornar mecanismo de expressão dos mais reacionários sentimentos gregários das pessoas, evidenciando que, apesar dos inúmeros desenvolvimentos tecnológicos das comunicações, ainda permanecemos atrelados a valores tacanhos, primitivos, tais como racismo, xenofobia, misoginia, histerias coletivas e preconceitos religiosos, em uma lista extensa e complexa de barbaridades. Continuamente somos notificados acerca de ações violentas cometidas por hordas populares por conta de boatos difundidos por usuários incautos das redes sociais que difundem informações imprecisas sem qualquer tipo de filtro, ocasionando desastres que nos afastam de toda ideia de sociedade civilizada.

Talvez as leis mais violadas pelos brasileiros sejam aquelas que proíbem o uso de celulares e aparelhos que emitam sinais sonoros em espaços educacionais, teatros e salas de cinema. Nas escolas e universidades é praticamente luta perdida impedir o alunado de acessar seus apetrechos eletrônicos; uma saída plausível seria então o professor integrar tais recursos como ferramentas didáticas nas suas atividades pedagógicas, pois o aluno infantilizado pelo fetiche da tecnologia mostra-se extremamente reativo ao ser inquirido a guardar seus "brinquedos eletrônicos". Já nas salas de cinema, percebemos o grande desrespeito dos usuários para com outras pessoas quando insistem em deixar os aparelhos eletrônicos ligados durante a exibição do filme e, então, o som maldito ecoa pelo espaço, sem esquecermos quando o usuário atende a uma chamada despreocupadamente, pouco se importando com o incômodo causado nos outros, o que representa uma falta de senso de civilidade, de respeito ao próximo e um atentado ao direito do consumidor.

Nos teatros a situação se torna ainda mais grave, pois não apenas os sons dissonantes dos aparelhos eletrônicos como também as luzes emitidas pelos mesmos prejudicam os atores, concentrados em seus ofícios dramáticos, e incomodam o público presente. O que leva uma pessoa a querer registrar com suas câmeras o desempenho dramático? Não é esteticamente mais proveitoso contemplar a encenação e fruir desse momento único? Todavia, o homem idiotizado pelo fetiche da tecnologia prefere registrar o espetáculo teatral para que possa depois exibir aos seus "amigos" a sua "presença" nesse acontecimento, sendo que em verdade tal sujeito nada absorveu desse evento cultural,

As redes sociais permitem que qualquer pessoa se torne uma formadora de opinião quando, em verdade, o melhor seria promover indivíduos formadores de cultura e de conhecimento. O psiquiatra espanhol Enrique Rojas (1949) postula que "estamos cada vez mais bem informados, mas essa minuciosa e milimétrica informação não é formativa: nunca vem acompanhada de certos tons positivos que ajudam o homem a se enriquecer interiormente, a ser mais completo, mais sólido; em uma palavra, mais humano - com mais critério, melhor".² **ROJAS, 2006, pág. 111**



Fruto do capitalismo tardio e marcada pela excessiva individualidade, a sociedade contemporânea e seus mecanismos tecnológicos, cada vez mais, impossibilitam o contato genuíno com o outro

vendidos aos interesses corporativos e manipulam ideologicamente a opinião pública, enquanto os segundos, ainda que extremamente pretensiosos em seu poder informacional, muitas vezes causam menos estragos sociais quando seus discursos se apresentam imprecisos epistemologicamente ou sectários culturalmente. Afinal, se estudarmos a história recente dos meios de comunicação de massa, constataremos que grande parte das catástrofes sociais foi perpetrada graças à irresponsabilidade profissional dos difusores de notícias, reparação contra os "infratores" eleitos como tais pela estrutura midiática hegemônica.

É surpreendente a quantidade de bobagens (isto é, de informações desprovidas de maior relevância para o progresso cultural das pessoas) propagadas diariamente por usuários nas redes sociais sem que haja qualquer reflexão imediata sobre sua pertinência. Isso representa a própria banalização do discurso, sua dessacralização em tempos desprovidos de transcendência. A dissolução das capacidades comunicacionais genuínas motiva uma disposição exacerbada de exposição, sem que exista qualquer compreensão dos problemas humanos em questão. Curiosamente, muitas pessoas temem iniciar relações afetivas face a face em decorrência do medo de investirem tempo e vitalidade para que sejam, em seguida, descartadas existencialmente e sofram dissabores posteriores.

Desse modo, as relações afetivas mediadas pelas telas de computadores e demais aparatos eletrônicos garantem ao usuário um razoável nível de segurança contra esses transtornos afetivos. Para a socióloga Eva Illouz (1961), "a internet dificulta muito mais um dos componentes centrais da sociabilidade, qual seja, a nossa capacidade de negociar com nós mesmos, continuamente, os termos em que nos dispomos a estabelecer relações com os outros [...] A internet proporciona um tipo de conhecimento que, por estar desinserido e desvinculado de um conhecimento contextual e prático da outra pessoa, não pode ser usado para compreendê-la como um todo".³ **ILLOUZ, 2011, pág. 141-149**

Sujeitos retraídos e tímidos no tato pessoal adquirem grande poder de sedução nas interações virtuais, conquistando, dessa forma, parceiros amorosos mais facilmente. O grande problema dessa situação é que tal pessoa jamais estará preparada existencialmente para o risco da perda e da sua subsequente tristeza, sendo assim incapaz de vivenciar o amadurecimento em seu âmago. Zygmunt Bauman (1925) define tanto as "práticas amorosas" virtuais como os relacionamentos afetivos marcados pelo gosto pela efemeridade com o termo "relacionamento de bolso", pois podemos dispor deles quando necessário e depois tornar a guardá-los.⁴ Nessa conjuntura existencial, somente o que é fácil se torna digno de ser vivido. Trata-se de um amor asséptico, sem perigos para os participantes, mas também sem maiores

Não podemos esquecer também do papel glorificador que muitas vezes criamos para nós mesmos nas redes sociais, como se ali houvesse a representação plena de uma vida perfeita, circunstância que simboliza o desejo narcísico de aceitação e bajulação do usuário em relação aos seus contatos. Escondemos as contradições que constituem necessariamente nossas vidas concretas e apresentamos apenas o "lado bom" de nossa própria realidade, criando assim uma falsa representação do que de fato somos. Se porventura as redes sociais democratizaram o acesso das massas ao poder de divulgação de pensamentos, muitas vezes esses pensamentos não passaram pelo crivo da reflexão e da autocritica. Todavia, ao menos nesse ponto não se percebem muitas diferenças epistemológicas entre os jornalistas profissionais e os comunicadores amadores, pois os primeiros, muitas vezes, apesar de todo o preparo acadêmico obtido em seus estudos universitários, são



Proibir smartphones durante a aula ou tentar incluí-los no processo pedagógico é um grande dilema para os docentes de hoje em dia

intensidades afetivas, pois o risco do erro, do sofrimento e da perda é tecnicamente rechaçado por esse tipo de sujeito incapaz de ir até o fundo das coisas. Conforme comenta Slavoj Žižek (1949), "hoje tudo é permitido ao 'último homem' hedonista: tirar proveito de todos os prazeres, mas na condição de eles estarem privados da sua substância, que os torna perigosos".⁵ ⁴ BAUMAN, 2004, pág. 10 ⁵ ŽIZEK, 2006, pág. 132

Mediante as questões apresentadas no decorrer deste texto, fica claro que o grande problema que envolve as relações humanas na era da virtualização das comunicações não consiste de modo algum nas próprias inovações tecnológicas, mas em seu uso inadequado pela grande miríade global de usuários que, encantados por tanta facilidade de se tornarem "senhores" dos processos informacionais eletrônicos, não desenvolvem o salutar senso de suspeita, de dúvida e de crítica constante no ato de difusão e compartilhamento de conteúdos, assim como nos comportamentos sociais desempenhados na grande rede.

Uma grande seara está aberta para a vida humana no futuro das comunicações potencializadas pelos avanços tecnológicos, e talvez encontremos nesses novos dispositivos informacionais saídas efetivas para vencermos o monopólio comunicacional tradicional controlado pelas grandes corporações. Contudo, para que possamos efetivar essa mudança de paradigmas epistemológicos na vida social, é imprescindível que, não obstante todo poder de entretenimento e interatividade proporcionado, a internet deve ser convertida e compreendida como um instrumento político capaz de retirar o ser humano de sua menoridade existencial, isto é, sua dependência aos ditames externos tradicionalmente instituídos. Para tanto, a capacidade crítica do usuário deve se tornar soberana em suas manifestações comunicativas, de modo que as tecnologias eletrônicas de fato se efetivem como as novas extensões do homem, ampliando seu poder de participação na esfera pública, que, nos tempos da vida digital, integrou no que chamamos de real a potência ubíqua do virtual.



De acordo com o filósofo esloveno Slavoj Žižek, a realidade virtual é responsável por criar uma realidade privada de substância

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Política. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ILLOUZ, Eva. O amor nos tempos do capitalismo. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ROJAS, Enrique. O homem moderno: a luta contra o vazio. Trad. de Wladir Dupont. São Paulo: Mandarim, 1996.

ŽIZEK, Slavoj. A subjetividade por vir: ensaios críticos sobre a voz obscena. Trad. de Carlos Correia Monteiro de Oliveira. Lisboa: Relógio d'Água, 2006.

RENATO NUNES BITTENCOURT é Doutor em Filosofia pela PPGF-UFRJ. É professor do curso de especialização em Pesquisa de Mercado Opinião da UFRJ. Professor da Faculdade CCAA e da Faculdade Duque de Caxias-Unifesp, membro, também, do grupo de pesquisa Spinoza & Nietzsche. **Revista FILOSOFIA, Setembro de 2014.**

Em busca dos indecisos (REDAÇÃO ISTO É)

Primeira pesquisa ISTOÉ/Sensus feita após a morte de Eduardo Campos mostra que a disputa eleitoral permanece aberta e que Dilma, Aécio e Marina Silva podem chegar ao segundo turno



A PRIMEIRA pesquisa ISTOÉ/Sensus realizada depois da morte de Eduardo Campos mostra que, apesar de a candidatura de Marina Silva (PSB) ter atraído os votos daqueles que desejam mudanças no comando do País, a eleição presidencial ainda não está definida. Com menos de um mês de campanha, a ex-senadora do Acre soma 29,5% das intenções de voto no primeiro turno. Está empatada tecnicamente com a presidenta Dilma Rousseff (PT) e, em um hipotético segundo turno, Marina venceria Dilma, com 47,6% contra 32,8% dos votos válidos. A mesma pesquisa, realizada entre os dias 1o e 4 de setembro com dois mil eleitores, porém, constatou que 44,4% dos brasileiros aptos a votar admitem a possibilidade de mudar o voto até a eleição. "O número de pessoas que ainda se declaram indecisas, somado ao número de eleitores que admitem mudar de voto, corresponde a mais da metade do colégio eleitoral", avalia Ricardo Guedes, diretor do Instituto Sensus. "Isso revela que a corrida eleitoral deste ano ainda poderá produzir algumas reviravoltas."

PESQUISA ISTOÉ/Sensus
 Realização: Sensus
 Registro na Justiça Eleitoral: BR-00541/2014
 Entrevistas: 2.000, em cinco regiões, 24 Estados e 136 municípios do País
 Metodologia: cotas para sexo, idade, escolaridade, renda e urbano e rural.
 Campo:
 De 1º a 4 de setembro de 2014
 Margem de erro:
 +/- 2,2%
 Confiância: 95%

INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE ESTIMULADO COM TODOS OS CANDIDATOS

	Pesquisa realizada de 22/abr a 25/abr	Pesquisa realizada de 26/mai a 4/jun	Pesquisa realizada de 12/jul a 15/jul	Pesquisa realizada de 9/ago a 12/ago	Pesquisa realizada de 1º/set a 4/set
Dilma Rousseff (PT)	34%	32,2%	31,6%	32,7%	29,8%
* Marina Silva (PSB)	—	—	—	—	29,5%
Aécio Neves (PSDB)	19,9%	21,5%	21,1%	21,4%	15,2%
Pastor Everaldo (PSC)	2,3%	2,3%	2,6%	1,7%	1,1%
Eduardo Jorge (PV)	—	0,4%	0,3%	0,5%	0,3%
Luciana Genro (PSOL)	—	—	1,1%	0,5%	0,2%
José Maria (PSTU)	—	1,9%	0,5%	0,5%	0,2%
Rui Costa Pimenta (PCO)	—	—	0,7%	0,1%	0,2%
Eymael (PDC)	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%	0,2%
Levy Fidelix (PRTB)	0,1%	0,2%	0,3%	0,2%	0,1%
Mauro Iasi (PCB)	—	—	0,1%	—	—
Nenhum/Branco/ Nulo/Não Respondeu	33,9%	28,8%	34,4%	33,2%	23,5%

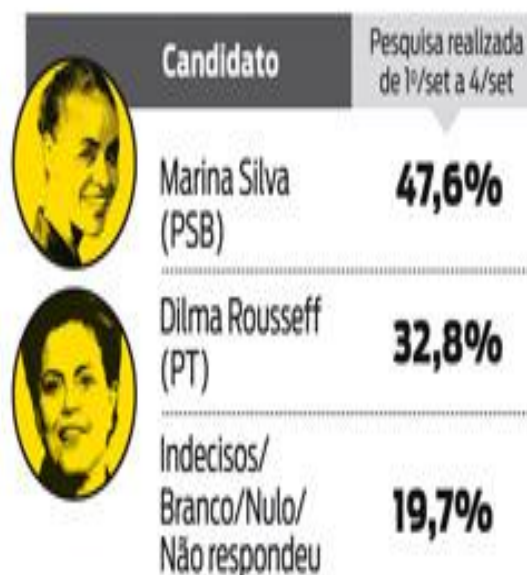
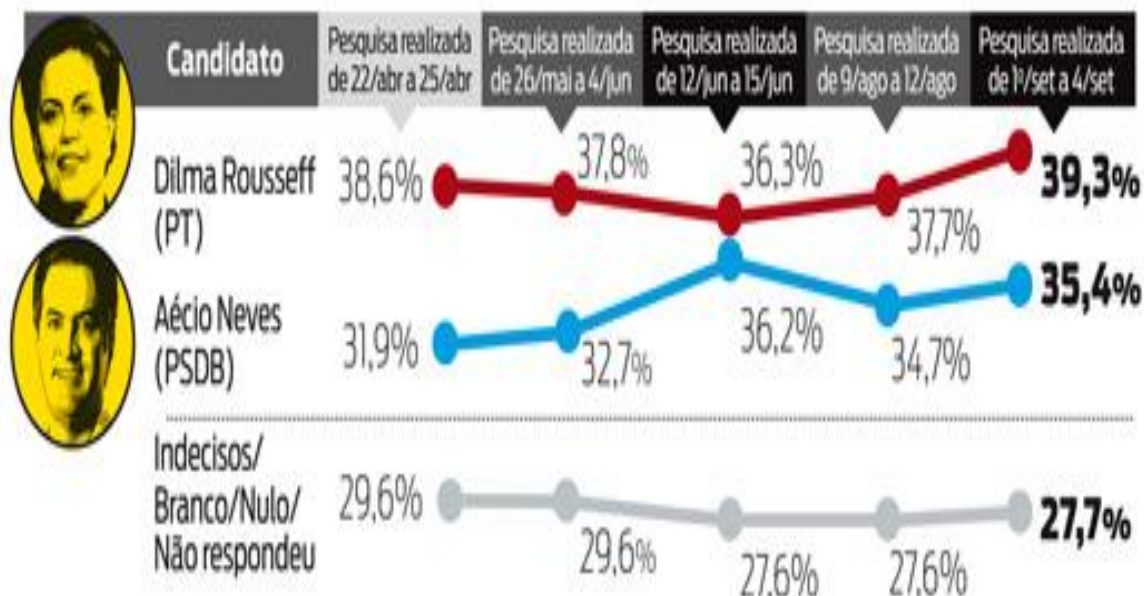
* A ex-senadora passou a ser candidata em 19 de agosto de 2014

Segundo o diretor do Sensus, a comoção provocada pelo acidente que vitimou Eduardo Campos e a sensação de novidade com uma entrada inesperada na campanha favoreceram a ex-senadora, que já disputou a eleição nacional em 2010 e é bastante conhecida pelos eleitores. Esse "efeito Marina", num primeiro momento, acabou tirando votos tanto da presidenta Dilma como do senador Aécio Neves (PSDB). De acordo com a pesquisa, o tucano perdeu 6,2%, caindo para 15,2%, e a presidenta perdeu 3,9%, caindo para 29,8% (leia quadro). Para ambos, no entanto, a pesquisa revela algumas boas notícias. Aécio é dos três principais postulantes ao cargo de presidente o menos conhecido dos eleitores.

Segundo a pesquisa realizada em 136 municípios de 24 Estados, quase 20% do eleitorado não conhece o senador mineiro. Já a presidenta Dilma é conhecida por 90,8% dos eleitores e Marina Silva por 89%. "O fato de Aécio ser o menos conhecido dos três significa que ele tem um maior potencial de crescimento entre os indecisos, desde que sua campanha seja capaz de levar uma mensagem que atraia o eleitor", afirma Guedes. Outra boa notícia para o tucano diz respeito à rejeição. De acordo com a pesquisa ISTOÉ/Sensus, 31,5% dos eleitores não admitem votar em Aécio. O número sobe para 44,3% quando a candidata é a presidenta Dilma Rousseff; e em relação a Marina, que está há menos de um mês em campanha, o índice é de 22,3%. "O histórico mostra que rejeições acima de 40% são impeditivos para a eleição", pondera Guedes.

CENÁRIOS DE SEGUNDO TURNO

Dilma lidera contra Aécio, mas perderia para Marina Silva



ÍNDICE DE REJEIÇÃO

O percentual dos três principais candidatos

Candidato	Pesquisa realizada de 12/jun a 15/jun	Pesquisa realizada de 9/ago a 12/ago	Pesquisa realizada de 1º/set a 4/set
Dilma Rousseff (PT)	42,4%	42,3%	44,3%
Aécio Neves (PSDB)	25,3%	26,0%	31,5%
Marina Silva (PSB)	—	—	22,3%

* A ex-senadora passou a ser candidata em 19 de agosto de 2014

Para a presidenta Dilma, a boa notícia vem acompanhada de um desafio difícil de ser superado. O número de eleitores que aprovam a sua atuação pessoal à frente do Palácio do Planalto saltou de 40,5% entre 9 e 12 de agosto para 46,3% na primeira semana de setembro. O desafio consiste em transformar essa aprovação em votos, pois no mesmo período a intenção de voto na candidata do PT caiu quase 4% e sua rejeição cresceu 2%. São incoerências típicas de um eleitorado que ainda está em busca de definições mais consistentes e que, portanto, pode provocar repentinas alterações durante a campanha. Segundo Guedes, a morte de Eduardo Campos transformou essa eleição na disputa mais atípica desde a redemocratização do País. "Na lista estimulada, temos 23,5% de indecisos, brancos e nulos. É um número muito alto para o mês de setembro dos anos eleitorais", analisa o diretor do Instituto Sensus. "Nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 nesta época medíamos cerca de 15% de indecisos, brancos e nulos. Ou seja, estamos com 9% a mais do que tradicionalmente medíamos nas eleições passadas."

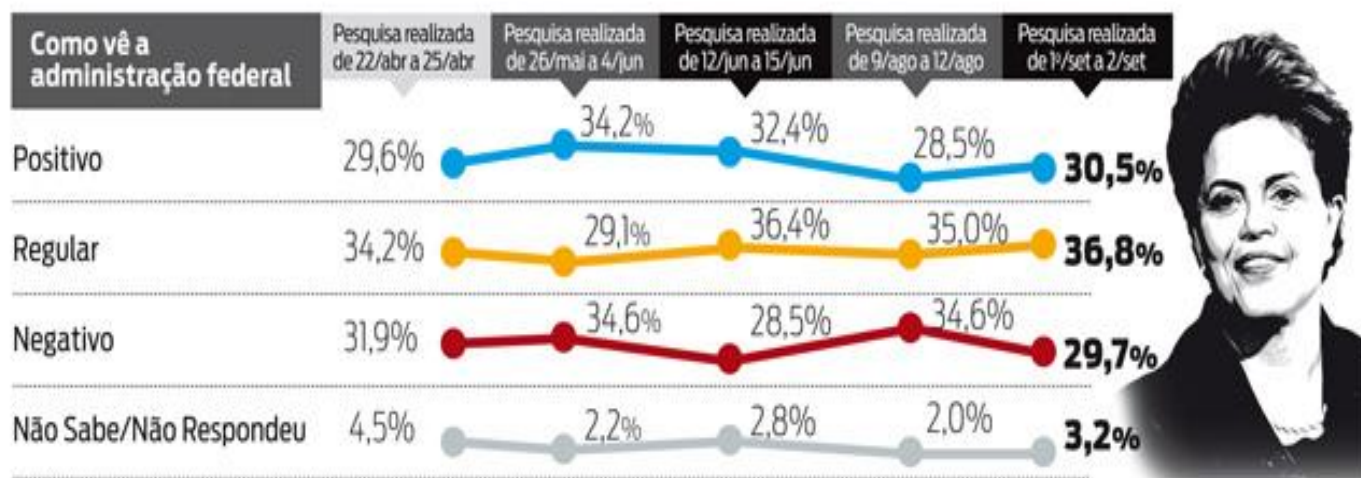
ATUAÇÃO DA PRESIDENTA

Como o eleitor avalia o desempenho pessoal de Dilma Rousseff

	Pesquisa realizada de 12/jun a 15/jun	Pesquisa realizada de 9/ago a 12/ago	Pesquisa realizada de 9/ago a 12/ago
Aprova	40,9%	40,5%	46,3%
Desaprova	50,9%	51,6%	46,1%
Não sabe/ Não respondeu	8,3%	7,9%	7,7%

AVALIAÇÃO DE GOVERNO

Aumenta o número de eleitores que aprovam a gestão de Dilma Rousseff



A realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil retardou o engajamento do eleitor com a disputa eleitoral. O que costumava acontecer no início de julho acabou sendo adiado para agosto. E, quando o eleitor começava a se definir, houve a troca da candidatura de Eduardo Campos pela de Marina Silva. Esses fatos obrigaram os principais partidos a promover mudanças em suas estratégias de campanha. Nas próximas semanas, de acordo com Guedes, é provável que haja uma definição mais efetiva dos eleitores e as pesquisas consigam captar mais tendências do que fotografias instantâneas.



Guedes: "A eleição ainda não está definida porque o número de indecisos é muito alto"

Central de Redação da
Revista **ISTO É**,
Setembro de 2014.

Crítica à hegemonia heterossexual (RICHARD MISKOLCI)

A incorporação da Teoria *queer* entre nós se iniciou pela educação, uma área afeita à reflexão sobre a formação dos sujeitos



Desenho: Gabriel Monteiro

AS ORIGENS da Teoria *Queer* remontam ao fim da chamada Revolução Sexual, dos movimentos liberacionistas feministas e gays e do – hoje sabemos – curto período de despatologização da homossexualidade, retirada da lista de enfermidades da Sociedade Psiquiátrica Americana em 1973. No início da década de 1980, Monique Wittig analisava a mente hétero, Adrienne Rich denunciava o caráter compulsório da heterossexualidade enquanto Michel Foucault trabalhava nos volumes finais de sua história da sexualidade, quando emergiu a epidemia de AIDS e, com ela, o maior pânico sexual de nossa história.

A homossexualidade passava a ser repatologizada em termos epidemiológicos. Deixara de ser vista como uma forma de loucura, mas passava a ser encarada como suposto vetor de contaminação coletiva. Néstor Perlongher abre seu livro *O que é AIDS?* (1987) afirmando que um fantasma rondava o Ocidente, portanto, parafraseando Marx e Engels em *O Manifesto Comunista*, para analisar o que criava o espectro do desejo homossexual. Seu feito nesse livro curto e certo foi compreender a epidemia em seus aspectos político-sociológicos sublinhando como a AIDS servia de subterfúgio para uma perseguição renovada ao desejo homossexual e um reordenamento da sexualidade sob o controle heterorreprodutivo.

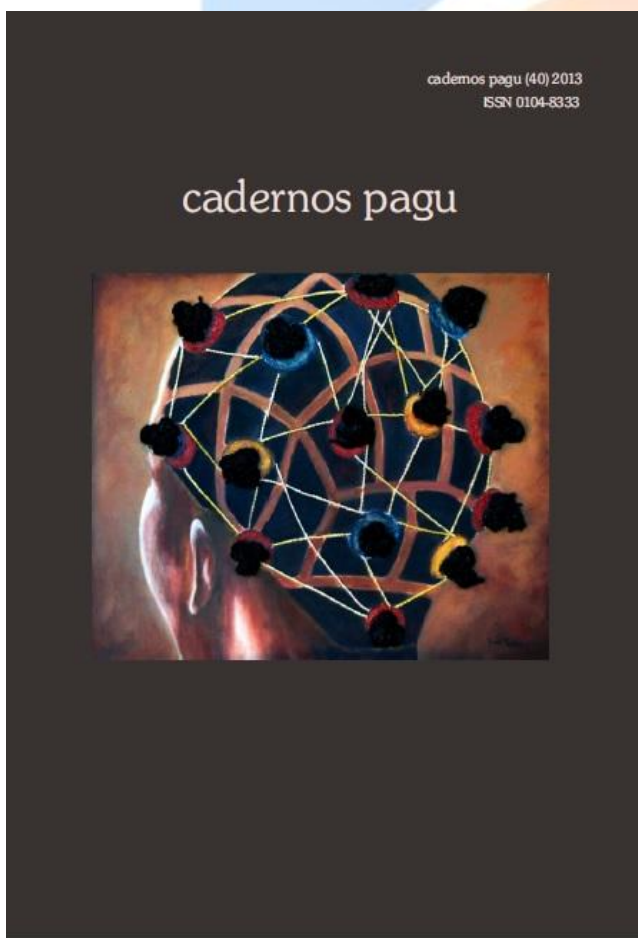
Foi em meio ao refluxo conservador detonado pela epidemia que pensadores/as de diversos países desenvolveram análises inovadoras sobre a hegemonia política heterossexual. Enquanto no Brasil, em meio ao retorno à democracia, discutia-se a criação de um sistema universal de saúde e desenvolveram-se respostas públicas à epidemia que, mais tarde, resultariam em um dos melhores programas de AIDS do mundo, nos Estados Unidos a resposta governamental à urgência de saúde pública foi desarticulada e empreendedores morais reeditaram cruzadas anti-homossexuais.

Lá, a resposta da sociedade civil foi a criação de movimentos como o ACT-UP e o *QueerNation* e, ao mesmo tempo, na academia, muitos/as intelectuais passaram a refletir sobre o cenário político e cultural em que, de forma renovada e potencializada, a homossexualidade ressurgia como uma espécie de ameaça à coletividade. No Brasil, Perlongher foi uma voz quase solitária em seu radicalismo político que denunciava os intuitos biopolíticos que ganhavam força e passavam a moldar até mesmo a área de pesquisa em sexualidade. Em muitos outros países, vozes como a de Perlongher ecoaram enquanto no contexto norte-americano chegaram a formar um conjunto mais ou menos articulado de intelectuais cujas reflexões, a partir de 1991, começaram a ser chamadas de Teoria *Queer*.

O uso de uma injúria (*queer*) dirigida a homossexuais e, em especial, a dissidentes de gênero, para denominar uma corrente de reflexão denota o impulso resignificador e insurgente que dava origem a um pensamento radical sobre a

sexualidade. É possível compreender a Teoria *Queer* como um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas vigentes. A ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles/as que vivem dentro de suas prescrições.

Desde fins da década de 1960, autores/as em diversos contextos nacionais começaram a compreender a sexualidade como política e socialmente criada, portanto não mais como sendo da esfera do biológico, psíquico ou natural. No entanto, boa parte dessa produção acadêmica emergente se configurou como estudos de minorias, os quais – no intuito de criar pesquisas sobre sexualidades dissidentes – deixaram de problematizar a heterossexualidade. Em outras palavras, até contra seus intuitos, boa parte dos estudos gays e lésbicos serviram para reiterar a visão hegemônica de que a heterossexualidade seria a ordem natural do sexo.



O feito do pensamento *queer* foi superar esse enquadramento criando um pensamento político voltado para a crítica da ordem social como também uma ordem sexual. Autores/as como Eve Kosofsky Sedgwick, Judith Butler, David M. Halperin e Michael Warner forneceram um novo vocabulário para compreender sexualidade, gênero, desejo e relações de poder. Termos como heteronormatividade e heterossexismo e noções como a de uma epistemologia do armário e a de uma matriz heterossexual alargaram nossa compreensão da sexualidade e do gênero, suas articulações, assim como suas relações com outras diferenças e desigualdades.

No final do milênio algumas pesquisadoras brasileiras começaram a incorporar criativamente esse vocabulário, dentre as quais se destaca Guacira Lopes Louro, profissional da área da educação que travou contato com fontes *queer* durante um período de pesquisa na Universidade da Califórnia. Louro sintetizaria suas reflexões em um influente artigo publicado na Revista Estudos Feministas, em 2001: "Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação". A acolhida dessa vertente de pensamento na área educacional tem relação direta com o processo de universalização do ensino básico no Brasil e a consequente emergência de problemáticas de gênero, sexualidade e raça-etnia sufocadas durante o regime militar.

A recepção brasileira da Teoria *Queer* se deu – desde o início – articulada às nossas necessidades e problemáticas buscando incorporá-la em práticas sociais. Na década de 2000, a disseminação *queer* se deu de forma progressiva e transversal nas mais diversas áreas do conhecimento: da educação passando pela sociologia, a psicologia, a comunicação, a antropologia, a história, a linguística e ecoando até em áreas mais sisudas como o direito. Em 2007, com a publicação da primeira compilação de

estudos *queer* brasileiros na revista Cadernos Pagu, já estava consolidada nossa incorporação de um novo léxico teórico, a expansão do espectro de sexualidades reconhecidas e se antevia uma possível sofisticação das demandas políticas envolvendo as homossexualidades e as dissidências de gênero.

A crítica à teoria social

Atualmente, questões de gênero e sexualidade ganham reconhecimento e centralidade em pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento e, graças às fontes *queer*, não apenas na forma do estudo de supostas minorias sexuais, antes questionando a própria pressuposição de que a heterossexualidade seria a ordem natural do desejo. Há pouco mais de duas décadas, a hegemonia heterossexual passou a ser contestada não apenas em termos políticos, mas inclusive como tendo delimitado por mais de um século o que compreendemos como a sociedade ou a cultura. As ciências humanas construíram seu campo de investigação, teorias e conceitos assentados na heterossexualidade. A antropologia, a ciência política e a sociologia partiram da pressuposição de que a heterossexualidade instituiu os limites da vida social e do que seria possível investigar. Até mesmo a psicanálise, com sua noção de sujeito mais dinâmica, mesmo despatologizando o desejo homossexual criou teorias que apontam para a heterossexualidade como o desenvolvimento esperado e normal do sujeito. Em comum, ciências sociais e psicanálise partilham de uma ontologia do social baseada em um suposto tabu do incesto, o qual além de nunca ter sido efetivo serviu para ocultar uma outra proibição primária: a do desejo homossexual.

As ciências humanas, desde fins do século 19, delimitaram o social e o psíquico como sinônimos de heterossexualidade, no fundo, uma ordem política e social fundada no desejo masculino voltado para a reprodução. Dentro desse círculo mágico sob o controle masculino e heterossexual formas de desigualdade de gênero e sexuais foram – no máximo – abordadas como questões minoritárias, leia-se secundárias e apenas solucionáveis sob a ótica dominante. A Teoria *Queer*, bebendo nas fontes feministas, gays e lésbicas mais radicais da década de 1970 e 1980, desafiou essa ontologia do social trazendo ao discurso seus limites e interesses. Primeiro, pela já conhecida crítica ao fato de que o tabu do incesto mascara a proibição histórica da homossexualidade desde o século 19 criando uma espécie de mito originário da cultura que torna a heterossexualidade inquestionável.

Na perspectiva *queer*, a heterossexualidade não é natural, tampouco seu domínio desprovido de relações de poder. Elementos teóricos e conceituais adequados permitem que elas sejam objeto de análise crítica. A sociedade ou a cultura como as conhecemos delimitou os limites do pensável, mas como observou Judith Butler em *Problemas de gênero*, o impensável não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente foracluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Os estudos *queer* têm se caracterizado por criarem conhecimento a partir do abjeto, por meio do que a sociedade considera como ameaçando sua visão idealizada sobre si própria. Nesse sentido, o abjeto vai além da sua definição psicanalítica como a esfera do que causa náusea e nojo e alcança a de um espaço-condição que problematiza versões idealizadas que se instituíram como o que a maior parte da teoria social ainda compreende como sociedade. Em suma, a Teoria *Queer* provê ferramentas conceituais e teóricas para desconstruir ontologias do social e da cultura construídas em uma perspectiva masculinista e heterossexual.

De forma geral, há ao menos duas características dos estudos *queer* que permitem compreender seu poder analítico: o método desconstrutivista e a problematização do sujeito. Enquanto as ciências sociais, em seu intuito de desnaturalizar o social, têm como marca formas variadas de construtivismo social e histórico, o pensamento *queer* aposta na desconstrução como meio mais afeito a esse mesmo empreendimento. A despeito das boas intenções, o construtivismo social tendeu a corroborar o que buscou compreender enquanto a desconstrução parte da crítica da ordem existente para problematizá-la.

Além disso, nas ciências sociais e humanas, a concepção de sujeito dominante é pouco dinâmica em comparação à da psicanálise, a qual, por sua vez, é marcada por limites como uma hegemonia da perspectiva masculina sobre a psique assim como da tendência à heterossexualização do sujeito. Na perspectiva *queer*, é possível reconstituir o pensamento psicanalítico por meio de uma nova topografia psíquica não-masculinista e não-heterossexista. Assim, por meio da desconstrução e uma concepção de sujeito mais sofisticada, abre-se espaço para a superação do construtivismo social assim como do histórico binarismo que marca a teoria social há mais de um século: a oposição estrutura *versus* ação social.

Ao menos no Brasil, onde as ciências sociais historicamente se distanciaram da psicanálise, a relação entre o social e o psíquico tendeu a permanecer uma zona cinza que impede a exploração dos contextos em que se dá a generificação e a sexualização dos sujeitos, sobretudo em sua fase formativa, a qual tende a ser achatada por concepções como a de “socialização primária”. Mesmo lidando com sujeitos adultos, predominam análises baseadas em pressuposições correntes, apenas sofisticadas pela exploração de seus componentes culturais e históricos.

Como já mencionado, a incorporação da Teoria *Queer* entre nós se iniciou pela educação, portanto em uma área historicamente afeita à reflexão sobre a formação dos sujeitos. Desde Paulo Freire sabemos que a educação pode servir a intuítos emancipadores, os quais, como prova a obra de Guacira Lopes Louro também, podem abranger a esfera da sexualidade e do gênero visando à desconstrução de desigualdades e injustiças. A atenção crítica à educação como dispositivo normalizador, mas também como promissora área de resistência à normalização, faz pensar em outras áreas historicamente disciplinadoras, como a de saúde. Encontramos aí a atenção comum às práticas sociais normalizadoras como o que Teresa de Lauretis denominou de tecnologias de gênero.

Não é mero acaso que, no Brasil, onde historicamente a população tendeu a ser vista como caso de polícia e objeto de punição, com o retorno à democracia a partir de 1985, foram justamente a saúde e a educação os primeiros serviços conquistados pelo povo brasileiro. Em outras palavras, ainda que historicamente – nos países centrais – essas áreas tenham criado o que Michel Foucault denominou de dispositivo disciplinar, aqui, entre nós, eles tornaram-se uma conquista democrática e se disseminaram de forma diversa. Nosso alcance retardatário à saúde se deu por meio de um sistema universal que, apesar de não ser perfeito, é um dos mais justos do mundo assim como a expansão do ensino se deu mais próxima das demandas “de baixo” do que dos intuítos normalizadores “do alto”.

Talvez isso ajude a compreender porque boa parte dos estudos *queer*, entre nós brasileiros/as, tenha focado em demandas de reconhecimento e direitos envolvendo a educação e a saúde. Estudos que atualmente não encerram toda a abrangência das investigações *queer* nacionais que se estendem também às pesquisas sobre mídia, sobre o movimento LGBT, literatura, cinema, áreas *psi*. Em comum, é possível reconhecer uma perspectiva crítica à normalização sexual e de gênero, a qual se intersecta com outras diferenças de forma que o *queer* dos trópicos tem se transformado em um saber crítico às chaves analíticas que ignoram o papel da hegemonia heterossexual na criação de desigualdades e injustiças.

RICHARD MISKOLCI é doutor em sociologia. Autor, entre outros, de *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (Annablume) e *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (Autêntica). **Revista CULT, Setembro de 2014.**

Os candidatos, o aborto e os gays (MALU FONTES)

EMBORA na opinião da maioria das pessoas os políticos sejam, como se diz no popular, tão caras de pau, tão trabalhados nas artes do óleo de peroba na cara, que são incapazes de se constranger diante de quaisquer temas que lhes sejam apresentados, na prática a coisa não é bem assim. Não há candidato que não tenha o seu ponto fraco, o seu calcanhar de aquiles, que, quando apontado ou tocado, seja por adversários ou pela opinião pública, não o faça tremer nas convicções. Um exemplo concreto disso pode se ver nessa e nas eleições anteriores em relação aos candidatos à Presidência da República quando confrontados com o tabu do aborto e com temas relacionados à comunidade gay.

Quer ver um deles pedir a morte do interlocutor, qualquer um dos três, para citar os melhores colocados nas pesquisas de opinião – Aécio Neves, Dilma Rousseff e Marina Silva? Basta uma pergunta sobre o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a adoção de crianças por esses casais. Diante desses temas, veem-se respostas evasivas, contextualizações que a nada respondem, discursos do tipo peixe-ensaboado e tergiversações, para usar uma palavra adorada pela presidente Dilma. Tergiversar é fugir das respostas, sair pela tangente e não dizer aquilo que o interlocutor quer saber. Enfim, aquele blá blá blá que o eleitor vê durante os debates eleitorais, em que um pergunta sobre o alho e o outro responde com o bugalho.

Se tergiversar já é a prática preferida por natureza pelo bicho político, o que dizer, então, quando se fala de temas que para praticamente todos eles são tão espinhosos, como o aborto e as questões relacionadas à diversidade sexual? Como nenhum deles quer perder o voto dos brasileiros que são favoráveis à legalização do aborto e muito menos quer abrir mão dos votos dos gays, grupo de eleitores que, somados, está muito longe de ser um número considerado desprezível quantitativamente, a saia justa e as respostas escorregadias dão o tom nas reações.

Não à toa, a notícia mais importante do fim de semana foi o recuo da candidata Marina Silva quanto aos direitos dos casais gays em seu programa de governo recém-anunciado. Na sexta-feira, o programa mencionava explicitamente o combate à homofobia e o apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. No sábado, a candidata atribuiu a presença desses termos a um erro e, numa errata, mudou tudo para termos genéricos. Coincidência ou não, o fato é que, de um dia para o outro, entre a citação e a mudança, houve uma pedra no caminho de Marina.

Membro da Assembleia de Deus, igreja fortemente influenciada pelo pastor Silas Malafaia, a candidata recebeu bordoadas e ameaças do pastor, que lhe deu como prazo o dia de hoje para manifestar-se claramente contra a causa gay em seu programa de governo. Do contrário, assegurou, vai fazer o pronunciamento mais duro que já fez contra um candidato à Presidência da República. Pelo sim pelo não, Marina mudou os termos. Já seus aliados juram por G, L, S, B mais T que uma coisa não teve nada a ver com a outra e tucanaram o argumento. A alegação é um primor: foi uma "falha processual na editoração do texto".

A pergunta vale não apenas para Marina, mas também para Dilma e Aécio, todos igualmente escorregadios quanto aos dois temas em suas campanhas e trajetórias políticas: quando candidatos ao cargo máximo da nação não terão medo dos conservadores e religiosos e poderão dizer que a legalização do aborto não obriga ninguém a abortar e que a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo não impedirá que heterossexuais continuem casando com pessoas do sexo oposto?

MALU FONTES é Doutora em Cultura, Jornalista, Professora da UFBA e escreve periodicamente para esta coluna. **Jornal CORREIO, Setembro de 2014.**

O homem não tem salvação (LUIZ FELIPE PONDÉ)

O HOMEM não tem salvação. O que viria a ser essa "salvação"? Para muitos, falar de "salvação" implicaria em supor alguma forma de "maldição". Claro, no âmbito de muitas religiões, uma coisa implica na outra: pecado, desequilíbrio energético (isso eu não levo muito a sério, principalmente quando envolve posições de sofás na sala e de espelhos no hall de entrada), carma, destruição da mãe natureza, Gaia, enfim, qualquer narrativa que justifique a fria em que estamos.

Não creio em nenhuma dessas "maldições". Mas acho sim que buscamos salvação de alguma forma. Talvez, pelo fato de que engordamos quando comemos, que adoecemos, que trabalhamos demais (porque queremos sucesso) e viramos "coisa" por isso, ou de menos (porque não rola trabalho) e ficamos pobres, porque somos feios ou porque a busca da beleza nos escraviza achando que os belos são mais amados (o que pode ser uma ilusão levando-se em conta o número de inimigas que as mais bonitas e gostosas têm e o tédio que escorre dos seus rostos).

Enfim, porque não somos plenos em nada. Sei que alguns gostam de dizer que a "imperfeição é em si uma beleza", mas não cola. Não cola não porque eu não ache que se faz necessário combater de alguma forma a mania de perfeição (pelo contrário, acho que sim, devemos resistir à ditadura da perfeição na vida, típica desse mundo brega que é o mundo contemporâneo). A reação à ditadura da perfeição não é um pseudoculto da imperfeição porque a imperfeição dói muito na realidade. A imperfeição é falta de beleza, rugas, medo, morte, doença, pobreza, frustração, fraqueza, traição. É o simples fato de que conviver com alguém melhor do que você é sempre insuportável. Imagine se ela for mais inteligente, mais bonita, mais gostosa, mais rica, mais humilde, mais generosa! O rosto de Caim brotará em sua face.

Eu sei que está na moda dizer que todos somos iguais, mas isso é conversa para boi dormir, ou filosofia barata, ou marketing político "solidário". A tentativa de dizer que a imperfeição seja uma solução é coisa de medroso, ingênuo ou mentiroso. Nos últimos 300 anos padecemos de outro tipo de culto salvacionista: a fé na política como redenção da vida e do mundo, graças a gente como Rousseau, Marx e Foucault.

Quando ouço a propaganda política (sempre sem querer, claro, porque a lei da propaganda política no Brasil é uma das maiores provas de "democracia autoritária" em que vivemos, esculhambando a grade da TV e do rádio ao bel prazer da "festa da democracia") e escuto alguém falar em "alternativa socialista" sinto algo como "alguém está falando em alternativa neandertal?" Talvez seja justamente esta "falta ontológica" (falta ser em nós, somos mortais em todos os sentidos, como estava escrito no oráculo de Apolo), como dizia o historiador romeno de religiões Mircea Eliade (século 20). Esta falta gera contínua busca de soluções por parte dos humanos.

E as religiões são o melhor produto no mercado para isso. E depois da Revolução Francesa temos que aturar os tarados da "justiça social". Sei que muitos pensam que, porque acreditam na ciência ou na política, o tema está resolvido, mas nunca está. A prova é a autoajuda corporativa e individual, a "fé na nutricionista", a crença no sexo como salvação (coisa de gente que faz pouco sexo). Penso aqui no grande Freud e seu "Mal-Estar na Civilização" e no sofisticado sociólogo Norbert Elias e seu grandioso "Processo Civilizador".

Devido à balada brega em que o mundo virou, saiu de moda lembrar que para sair da pré-história tivemos que ficar neuróticos, obcecados pelo que pensam de nós, comendo com garfos por vergonha de sujar os dedinhos e de que achem que somos pobres e sem educação. Fazendo cursos de vinhos pra fingir que somos gente fina. O custo da repressão da pré-história em nós implicou um mal-estar contínuo e sem solução. Gente "bem resolvida" gosta de fingir que não teme o mal-estar na civilização, vivem como se Freud não tivesse existido. Tudo se resolveria numa dieta com bike e numa espiritualidade que uiva pra lua.

LUIZ FELIPE PONDE é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

A fantasia do horário eleitoral (IVES GANDRA DA SILVA MARTINS)

EM 1962, presidi o diretório metropolitano do Partido Libertador tendo, com o apoio da direção nacional (deputado Raul Pilla e senador Mem de Sá), vencido as eleições para dirigi-lo em São Paulo. Apenas deixei a política definitivamente em 1965, quando da edição do Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos existentes, criando dois conglomerados (Arena e MDB).

Naquele ano, foi instituído o horário gratuito. O primeiro programa abriu a discussão quanto a devermos ou não continuar com o parlamentarismo de ocasião, então vigente, ou voltar ao presidencialismo. Participei desses programas criticando o presidencialismo - o PL era o único partido favorável ao regime parlamentar--, mas tecendo críticas também ao desfigurado sistema parlamentar brasileiro. Aconselhei o eleitor a não dizer naquele plebiscito nem sim nem não, mas "talvez".

No ano seguinte, apresentei 60 candidatos a vereador, depois de ter criado uma comissão com professores universitários para aferir os predicados culturais e o conhecimento de política nacional do candidato, além de, mediante pesquisas paralelas, sua idoneidade. Como à época os candidatos exibiam-se ao vivo durante as programações, os do PL foram aqueles que tiveram maior participação, pois mais habilitados a expor suas ideias, segundo o programa elaborado pelo partido. Abreu Sodré até chegou a brincar comigo, afirmando que eu queria fazer do PL uma academia, e não um partido político.

De último colocado nas eleições anteriores, conseguimos formar a terceira bancada, perdendo apenas para o PSP, de Ademar de Barros, e para a UDN, do próprio Sodré. É que o eleitor avaliava os candidatos por aquilo que eram, sem a intervenção de marqueteiros. Cheguei a presidir um colégio de presidentes dos diretórios metropolitanos dos diversos partidos, na luta contra as emissoras de TV, para garantir a exibição de nossos programas em horários nobres, tendo recebido o apoio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Euler Bueno. Os programas se justificavam, então. Hoje, não. Os horários gratuitos transformaram-se numa indústria de marqueteiros, em que o que de menos verdadeiro existe é a imagem que criam de seus candidatos, todos eles predestinados, por sua "honestidade, competência, descortínio, cultura e inteligência", a se transformar, se eleitos, em grandes figuras da história do país.

A cinematografia dos programas gratuitos é de tal ordem, que qualquer candidato ganha perfil de herói dos personagens de filmes hollywoodianos, que nada têm a ver com os artistas que os encenam. Assim são apresentados os candidatos produzidos por tais manipuladores da opinião pública, com o objetivo de conquistar o eleitor, pouco importando se aquele retrato é verdadeiro ou não, pois o que interessa é passar a "boa imagem" de seu contratado ao cidadão desprevenido, para que ganhe a eleição. Por esse motivo, defendo que tais horários --que interferem na decisão de considerável parte dos eleitores - voltem a ter a característica de seus primeiros tempos, quando os candidatos apresentavam-se ao vivo e se mostravam como eram, sem a participação dos manipuladores de imagens eleitoreiras.

À evidência, não sou contra o trabalho de tais especialistas, desde que atuem na produção de novelas ou filmes ou em qualquer outra atividade que gere distração ao público. Mas, decididamente, não aprovo que utilizem sua técnica para influenciar o eleitor, criando fotografias "alcandoradas" de candidatos a fim de transformar a realidade numa triste fantasia. Esse procedimento deságua na eleição de pessoas que, no exercício do poder, têm provocado decepção e desesperança no espírito do eleitor brasileiro, que não confia nos políticos eleitos. É matéria a ser meditada, principalmente pela Justiça Eleitoral.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 79, advogado, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Escola em tempo integral (ROSELY SAYÃO)

CADA VEZ mais, a educação escolar em tempo integral surge como opção para pais com filhos que têm desde meses de vida até a adolescência. Entretanto, talvez pela falta de tradição em nosso país desse tipo de funcionamento, as dúvidas são inúmeras. É bom, para a criança e/ou para o jovem, frequentar a escola por oito, nove, e, às vezes, até 12 horas? Qual a idade ideal para passar a frequentar dois turnos? É melhor ficar na escola, com outras crianças, ou em casa, com adultos?

Esses são exemplos de perguntas que os pais fazem, o que indica que é importante pensar sobre essas questões. Primeiramente, é bom considerar a realidade da vida das famílias. Muitos pais simplesmente não têm com quem deixar a criança em casa, por isso eles usam o tempo integral escolar para os filhos, mas mesmo assim ficam com dúvidas e com culpa. Nesses casos, as dúvidas e a culpa dos pais atrapalham mais o filho do que o fato de ele ficar na escola por mais tempo. Se a família tem de usar essa alternativa, que seja com a convicção de que essa é a vida possível para eles. Afinal, por que alimentar culpa em relação ao que é impossível mudar?

E os pais que podem escolher? É importante saber que não há respostas certas para as dúvidas. Não há consenso entre os estudiosos das ciências humanas sobre se é benéfico ou não, para os mais novos, dedicar mais de seu tempo à escola. Há pesquisas diversas que sustentam tanto a vertente dos que apontam mais vantagens quanto a dos que veem mais desvantagens no fato. E agora? Para ajudar os pais que estão em dúvida sobre a escolha mais acertada para o filho, levanto algumas pistas que podem iluminar sua decisão.

1 - As crianças pequenas se desenvolvem melhor junto a outras crianças, mas estar em casa, mesmo na ausência dos pais, promove segurança e bem-estar emocional. Se os pais podem escolher, deixar a criança ficar um turno em casa, pelo menos alguns dias na semana, pode ser uma decisão equilibrada.

2 - Ficar o tempo todo no mesmo ambiente pode ser enfadonho para a criança, por isso verificar a programação da escola para os dois turnos e a diversidade de espaços e atividades é um ponto importante a se considerar. Além disso, hoje há espaços dedicados somente para as crianças ficarem no contra turno de seu período escolar, participando de uma programação cultural pensada para elas.

3 - As escolas que oferecem período integral precisam contemplar o desenvolvimento emocional e social dos mais novos. Como eles podem desenvolver e conquistar a autonomia sem ter a oportunidade de fazer escolhas, por exemplo?

4 - Os professores da instituição escolar precisam funcionar como equipe que se reúne com regularidade e que planeja junto, para que o ensino não fique ainda mais fragmentado do que já é na estrutura escolar atual.

5 - Pais e professores precisam estar convictos de que o tempo integral para a criança e para o jovem é benéfico a eles. Verificar junto ao corpo docente se eles têm sustentação e formação promovida pela instituição pode ser fundamental.

6 - A criança precisa de um tempo para descansar e ficar sozinha, se quiser, por isso a escola precisa oferecer essa possibilidade aos alunos. A pista mais preciosa, porém, diz respeito aos pais. Como somente eles conhecem bem o filho que têm, devem basear sua decisão nesse conhecimento.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Voto não tem preço (MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO)

A MAIOR festa da democracia se aproxima. A um mês das eleições gerais, quando milhões de brasileiros escolherão seus representantes por meio do voto, é necessária uma reflexão sobre esse poder de escolha. Como voz constitucional do cidadão, a Ordem dos Advogados do Brasil lidera mais uma vez, ao lado da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a campanha por eleições limpas.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha em junho, com 2.126 pessoas de 134 municípios do país, mostra que 88% da população considera muito importante o projeto da OAB por eleições limpas, reforçando a relevância da ação. Para estimular o alto nível do debate na internet, lançamos naquele mesmo mês a campanha por eleições limpas também no ambiente virtual.

O pacto, firmado entre PT, PSDB, PSB, PMDB e empresas de tecnologia, como o Facebook, tem como premissa não transformar a internet em um ringue para difusão de boatos e de ataques pessoais. No mesmo sentido, a OAB atuou pela

aprovação, no ano passado, da Lei Anticorrupção, que dificulta a prática de caixa dois nas empresas, responsabilizando administrativa e civilmente as pessoas jurídicas que cometam atos ilícitos contra a administração pública nacional --assim como a lei nº 9.840, de 1999, que pune a compra de votos.

Apesar de todas essas conquistas, ainda é necessário fazer mais para as próximas eleições. O investimento de empresas em campanhas eleitorais é inconstitucional e precisa ser proibido. A OAB já entrou com ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para colocar fim a essa prática que deturpa o sistema eleitoral. A maioria dos ministros do STF proferiu voto favorável à ação e esperamos que o julgamento seja concluído ainda neste ano. O pleito atual será o mais caro da história do país, segundo dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Vai custar aproximadamente um terço a mais do que o anterior, alcançando uma arrecadação superior a R\$ 70 bilhões. A cada eleição são arrecadados valores ainda maiores, que afastam do pleito diversos candidatos cujas propostas se tornam suplantadas pelo poder econômico.

O fim do financiamento empresarial vai baratear as campanhas políticas. O elevado custo das eleições no Brasil não é democrático e exclui a população. Um candidato que tem boas ideias, mas sem dinheiro para investir em sua campanha, é automaticamente excluído do sistema político. Milhares de brasileiros estão impossibilitados de se candidatar por não possuírem verba suficiente para gastar. A nossa democracia não pode ser refém do poder econômico. É preciso construir um sistema eleitoral que iguale os brasileiros. A participação censitária no processo eleitoral fere a igualdade política entre os cidadãos e entre candidatos e partidos políticos.

A ação proposta pela OAB não tem como objetivo diminuir a atividade pública nem generalizar ou criminalizar a política. Seu norte é valorizá-las, dizer que são essenciais a todos os cidadãos, independentemente de sua renda. Também é necessária uma profunda reforma política que consolide e aperfeiçoe a nossa democracia, ainda tão jovem. É necessário assegurar a igualdade de condições entre os candidatos, fortalecer e democratizar os partidos e estimular o debate programático.

O Brasil é uma das maiores democracias constitucionais do mundo. Por seu papel e relevância, o país deve conduzir um belo espetáculo com as eleições gerais de outubro. Para que a festa seja legítima, é necessária a participação de todos os eleitores. E que a escolha seja feita com consciência e sem pressões ou ilegalidades. Afinal, voto não tem preço, mas tem consequência.

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO, 42, é presidente nacional da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Setembro de 2014.

O 'e' e a vírgula são inimigos? (PASQUALE CIPRO NETO)

O TEXTO da semana passada rendeu. Não foram poucos os leitores que escreveram para pedir que eu continue a série ou que eu fale de casos em que se emprega a vírgula (o último texto privilegiou casos em que não se emprega a vírgula).

Pois bem. Na verdade, na semana passada, cheguei à Redação com o firme propósito de escrever sobre a pontuação presente (e a ausente) num título da **Folha**, fato que me levaria a falar de casos em que se emprega a vírgula. Quando dei por mim, o espaço já estava acabando, e eu ainda estava nos comentários sobre alguns fundamentos da pontuação. O título que eu gostaria de ter comentado era este: "Dilma critica tarifaço e Aécio, inflação".

Permita-me perguntar-lhe, caro leitor: você entendeu esse título de bate-pronto? Ou precisou relê-lo? Ouso afirmar que deve ter sido necessário relê-lo, já que, num primeiro momento, é quase impossível não achar que a crítica de Dilma tem alvo duplo: o tarifaço e Aécio. Quando se faz essa leitura, vê-se que a palavra "inflação" fica perdida, e aí é preciso recomençar até "descobrir" o verdadeiro sentido da frase. O fato é que no título jornalístico citado o "e" não liga termos que exercem a mesma função, como em "Dilma e Marina lideram as pesquisas", em que "Dilma" e "Marina" exercem função igual, a de núcleo do sujeito composto. No título citado, o "e" liga duas orações: a primeira é "Dilma critica tarifaço"; a segunda é "e Aécio (crítica) inflação".

No título publicado, a vírgula que ocorre depois de "Aécio" é chamada por alguns de "vírgula vicária", já que ela é empregada para evitar a repetição de um termo já utilizado ("Aécio, inflação" equivale a "Aécio critica inflação"). E como fica a passagem inicial do título, aquela que nos faz achar que Dilma critica o tarifaço e Aécio? Pois bem. Aí também caberia uma vírgula, que separaria orações que são ligadas por "e" e têm sujeitos diferentes. Teríamos isto: "Dilma critica tarifaço, e Aécio, inflação".

Melhorou? Melhorou, sim, já que a vírgula antes do "e" funciona como uma espécie de freio na "vontade" de achar que "tarifaço" e "Aécio" são complementos da forma verbal "critica". Não são. Convém dizer que, quando não há o risco da (falsa) impressão de que o termo que vem depois do "e" é mais um complemento do primeiro verbo, a vírgula antes do "e" não é de rigor: "Di María dá show em amistoso e Argentina goleia Alemanha". Poderia ser posta uma vírgula (enfática) entre as duas orações? Poderia, já que elas são ligadas por "e" e têm sujeitos distintos, mas sem ela não se compromete a clareza da mensagem.

O que se vê em "Dilma critica tarifaço, e Aécio, inflação" ocorre nos textos formais, no padrão culto da língua, em que predomina a pontuação fundamentada na intenção de construir frases claras. Além dessa pontuação, seria possível também (e talvez melhor, mais palatável) eliminar o "e" e adotar outra solução: "Dilma critica tarifaço; Aécio, inflação".

Entrou em cena um dos seres "misteriosos" da pontuação, o ponto e vírgula, que, como o próprio nome diz, é algo que fica entre a vírgula e o ponto. Um dos papéis do ponto e vírgula é justamente o de separar partes autônomas de um período composto, formado, como no caso visto, por orações que não são ligadas por uma conjunção. Bem, como se viu, o "e" e a vírgula não são inimigos. É isso.

PASQUALE CIPRO NETO é Professor de português desde 1975 e também colunista semanal desta publicação. É o idealizador e apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, transmitido pela Rádio Cultura (São Paulo) AM e pela TV Cultura, e do programa *Letra e Música*, transmitido pela Rádio Cultura AM. E-mail: inculta@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Hipócritas ou crentes? (CONTARDO CALLIGARIS)

IMAGINEMOS que você tenha uma preferência exclusiva para uma sexualidade promíscua e coletiva: em outras palavras, você só gosta de orgias com desconhecidos ou quase. Com apenas uma pessoa, a coisa, para você, não tem graça alguma. Essa fantasia, que anda pela cabeça de muitos homens e mulheres, não é quase nunca exclusiva, mas, pela necessidade da nossa parábola, suponhamos que seja.

Alguns dirão que seu gosto sexual não é conciliável com o funcionamento da família tradicional (embora, sobre esse ponto, haja controvérsias). Outros dirão que seu gosto ofende a moral e que, "portanto", ele deve ser proibido por lei --isso, embora você só se envolva com pessoas maiores e capazes de dar seu consentimento. Então, você, com esse gosto quase exclusivo, pode escolher viver no país A ou no país B. Os dois países têm uma composição parecida: um terço de indiferentes, um terço de crentes e um terço de libertários. Os indiferentes, como diz seu nome, não estão nem aí. Os crentes tendem a pensar que o que eles consideram pecado deveria ser proibido pela lei; assim, "generosamente", eles ajudariam os "pecadores" --ou seja, forçariam quem discorda deles a viver como eles acham certo.

Os libertários pensam que tudo deve ser permitido, nos limites do Código Penal e à condição que seja respeitada a liberdade de cada um. Em síntese e por exemplo, o crente acha que sexo promíscuo e em grupo é pecado e, "portanto", quer que o Estado impeça sua prática, feche os lugares que o favorecem etc. Ao contrário disso, você, que é libertário, acha que o crente deve poder seguir sua religião, não deve ser "curado" de sua crença, nem obrigado a participar de nenhuma orgia. Ou seja, para você, libertário, o Estado deve interferir na vida privada só para certificar o consentimento de todos, proteger o menor e garantir absoluta igualdade de direitos para todas as diferenças.

Agora, imagine que os governantes do país A sejam crentes, e os governantes do país B, libertários. Podendo escolher entre os dois países, você, com seu gosto sexual exclusivo, escolheria o B, não é? Pois é, engano: tanto no A como no B, a prática sexual do seu gosto está proibida por lei. Como pode ser? O que aconteceu? No país A, a explicação é simples: os governantes são crentes e representam os crentes que os elegeram. Mas, no país B? Você imaginava que os governantes libertários não gostassem de regular a vida concreta de seus cidadãos. Talvez você tivesse razão, mas acontece que os ditos governantes acham que eles precisam da aprovação dos crentes de seu país para se eleger e, portanto, eles governam como crentes (confiando que, mesmo assim, eles não perderão o apoio dos eleitores libertários, que são os trouxas da história).

Em suma, para você, viver no país A ou no B seria a mesma coisa, pois nos dois sua fantasia está proibida. A diferença é que, no país B, isso seria efeito de governantes que escondem o que pensam e agem de maneira a receber e conservar o voto dos crentes. Enquanto, no país A, isso seria efeito de governantes que são mesmo crentes. Moralmente, você pode até achar mais simpáticos os governantes crentes, que não mentem e acreditam no que fazem. Só que no lote dos governantes crentes há também os que acham bom apedrejar adúlteras, por exemplo. Tente, portanto, pensar só em você mesmo: você estará mais livre com governantes crentes ou com governantes hipócritas?

O drama é que você seja obrigado a essa escolha miserável, entre hipócritas e crentes. Será que não existem governantes que nos tratem como gente grande? Parece que não existem governantes realmente laicos (e tanto faz que, em sua vida privada, eles sejam religiosos ou não: laico, aqui, significa decididos a garantir a liberdade de pensamento e comportamento de todos).

Para se eleger, o libertário renega suas ideias e se pavoneia em manifestações constrangedoras de devoção por todo tipo de crença e culto. De fato, até que surjam, um dia, políticos libertários não hipócritas, os libertários não terão expressão política, pois os políticos crentes se comportam como crentes, e os políticos libertários, também.

Caso seja preciso: qualquer semelhança da parábola dos hipócritas e dos crentes com a situação atual no Brasil em época eleitoral NÃO é meramente uma coincidência.

CONTARDO CALLIGARIS, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Punição ao Grêmio por ato de torcedores foi justa? SIM

Clube e torcida são indissociáveis (CAIO CESAR ROCHA)

O JULGAMENTO do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense por ato de racismo supostamente praticado por alguns torcedores gremistas, ocorrido na quarta-feira (28), reacendeu uma velha discussão a respeito da responsabilização dos clubes de futebol por atos de seus torcedores.

O Código Brasileiro de Justiça Desportiva, norma que estabelece as sanções em decorrência de infrações disciplinares desportivas, adotou o modelo da responsabilidade objetiva. Isso significa que os clubes respondem pelos atos de seus torcedores, independentemente de terem contribuído para o cometimento da infração. O sistema adotado no Brasil sofre críticas de quem não é habituado ao direito desportivo e quer compará-lo ao direito penal ou civil, institutos completamente diferentes. As normas desportivas brasileiras seguem modelo estabelecido em importantes regulamentos internacionais, como o Código Disciplinar da Fifa e o Código Disciplinar da Conmebol e da chamada *lex sportiva* (lei esportiva, em latim).

Esse modelo, resultado de uma evolução gradativa ao longo dos anos, possui uma razão de ser. No âmbito desportivo, torcida e clube são considerados indissociáveis: um é manifestação e dimensão do outro. São duas faces da mesma moeda. A torcida existe, mas só existe para e por um clube. Isso é fácil de observar submetendo a questão ao conhecido "stand alone test", ou seja, a torcida do Flamengo, por exemplo, existiria se não existisse o Clube de Regatas do Flamengo? A resposta é óbvia e a recíproca é igualmente verdadeira, já que dificilmente haveria um clube sem torcida ou, pelo menos, sem ter por objetivo cativar algum incentivador.

O futebol, como se sabe, envolve paixões, o que induz polêmicas e discussões. Por isso mesmo é compreensível a insatisfação dos clubes quando são sancionados. Os torcedores que não contribuíram para o ato de indisciplina se sentem injustamente apenados, pois não querem sofrer as consequências por causa de erros alheios. O torcedor, no entanto, não é considerado isoladamente, mas, sim, como elemento de um conjunto mais amplo. A teoria da responsabilidade objetiva do clube é, talvez, um mal necessário. Ela contribui para que o clube tome medidas preventivas e estimula os verdadeiros torcedores, aqueles que vão ao estádio para acompanhar o espetáculo do futebol, a fiscalizarem os vândalos e agressores.

A Justiça Desportiva atua apenas em reação aos atos de infração. A prevenção depende da ação dos clubes e, principalmente, das autoridades públicas. A única forma de desestimularmos a indisciplina e o vandalismo no estádio é por meio de sanções pedagógicas, que sirvam de exemplo não só para o clube, mas para os seus torcedores. É preciso criar um ambiente em que o bom comportamento da torcida seja premiado, enquanto a indisciplina, o vandalismo e a violência física e moral sejam punidos com rigor.

É importante, no entanto, que os auditores do Superior Tribunal de Justiça Desportiva tenham sensibilidade ao sancionar um clube, analisando com parcimônia a responsabilidade objetiva, a fim de absolvê-lo quando identificados individualmente todos os torcedores infratores. De outro modo, pode, em vez de estimular a conduta preventiva do clube, desencorajar a procura pela identificação do verdadeiro autor da infração.

CAIO CESAR ROCHA, 33, advogado, é presidente do STJD - Superior Tribunal de Justiça Desportiva. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Setembro de 2014.

Punição ao Grêmio por ato de torcedores foi justa? NÃO

Repúdio ao racismo e desagravo (LÉO GERCHMANN)

ESTE ARTIGO é assumidamente um desagravo. Antes, porém, uma ressalva: episódios abjetos, como o ocorrido na Arena do Grêmio, em que bandidos e tolos vomitaram ofensas raciais contra o goleiro do Santos, devem ser coibidos com firmeza, assim como a homofobia e outras abominações recorrentes nos estádios de futebol. Trata-se de crime tipificado no artigo 140 do Código Penal, o da injúria racial. Feita a ressalva, sigamos com o desagravo.

A Justiça Desportiva, ao excluir o Grêmio da Copa do Brasil, desprezou princípio basilar do direito penal, o da pessoalidade da pena (a pena não é transmissível a outrem). Claro, a alegação é a de que os clubes devem adotar estratégias eficazes contra agressões verbais e físicas que até já levaram a mortes dentro e fora de estádios. O Grêmio, em 2013, elaborou a campanha antirracismo "Somos azuis, pretos e brancos". Na semana passada, enfim, suspendeu a torcida organizada onde havia o foco do comportamento ultrajante.

Todos os clubes devem coibir essas condutas, e talvez o Grêmio tenha servido de exemplo para aumentar o controle sobre a bandidagem inevitável em agremiações de massa. Isso, em tese, é salutar. Mas é cruel e injusto com o clube. A esmagadora maioria dos gremistas, que rejeita essas aberrações, viu-se duplamente punida: primeiro, por bandidos que vestem a camiseta do clube para emporcalhar sua história. Depois, pelo STJD, que condenou milhões pelo barbarismo de meia dúzia. Aliás, um dos auditores que julgaram o Grêmio foi flagrado com posts racistas no Facebook, envolvendo uma criança negra. Hipocrisia asquerosa!

A punição recai sobre um clube cuja diversidade faz parte de sua história. Nada pode ser mais plural que o advento da Coligay. O Grêmio não só acolheu os homossexuais que se juntaram para torcer pelo clube do coração. O clube deu à

primeira organizada gay do país espaço para guardar bandeiras, faixas e instrumentos da charanga. A torcida existiu de 1977 a 1983, quando o líder, Volmar Santos, retornou para sua Passo Fundo. De 1977 a 1983? Sim, no tempo em que a ditadura mantinha uma delegacia de costumes e os torcedores gritavam "vadia" para a mulher que se arriscasse a ir aos estádios.

O Grêmio é o clube com o qual Gilberto Gil simpatiza por ostentar o azul do céu, o branco da paz e o preto da sua pele. Ao contrário do que se diz, foi no Grêmio que jogou o primeiro negro dos grandes clubes gaúchos, Adão Lima, entre 1925 e 1935, época de segregacionismo entranhado na sociedade. Porto Alegre tinha a Liga da Canela Preta, separada dos brancos de Grêmio e Internacional. Desses dois grandes clubes, o primeiro a aceitar a "liga" foi o Grêmio --o Inter teve, mais tarde, o mérito de ser o primeiro a aceitar oficialmente os negros.

Quem conta isso é Lupicínio Rodrigues, na sua coluna do jornal "Última Hora", em abril de 1963. Em "Por que sou gremista", Lupicínio explica um dos motivos: porque ele era negro, como Everaldo, lateral-esquerdo da seleção brasileira de 1970 que se tornou a estrela dourada na bandeira tricolor. O hino composto por Lupicínio diz "Até a pé nós iremos para o que der e vier" e "imortal tricolor". Raros são os clubes cujo hino traduz tão bem o espírito pelo qual é reconhecido. Fala de humildade, perseverança e superação. São as características que fazem do Grêmio uma instituição amada por milhões e detestada por outros tantos. Indiferença? Em relação ao Grêmio, jamais.

Sim, esse clube, fundado por descendentes de alemães em 1903, foi segregacionista como toda a sociedade brasileira. Mas, pelos seus belos 111 anos, não merece os bandidos que lhe emporcalham a imagem nem uma decisão de tribunal que o etiqueta como racista. O Grêmio e os gremistas não merecem isso.

LÉO GERCHMANN, 50, repórter especial do jornal "Zero Hora", é autor do livro "Coligay - Tricolor e de Todas as Cores" (ed. Libretos). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Racismo (DRAUZIO VARELLA)

SERES humanos dividem o mundo em "nós" e "eles". Criadas por razões religiosas, étnicas, preferências sexuais, futebolísticas ou de outra natureza, as tensões e suspeições intergrupais são as grandes responsáveis pela violência no mundo. O preconceito que resulta dessas divisões não é consciente, está arraigado nas profundezas do passado evolutivo, na tendência universal de formarmos coalizões que nos ajudem a enfrentar os desafios que a vida impõe.

Experimentos conduzidos nos últimos 30 anos mostram que nos reunimos em grupos, mesmo em torno de objetivos fúteis: o fã-clube de uma cantora, um time ou um piloto de corrida. E que, ao nos incluirmos em tais agrupamentos, passamos a acreditar que nossos companheiros são mais inteligentes, espertos, generosos e dotados de valores morais superiores aos dos membros de outros grupos.

As pesquisas hoje estão dirigidas para as razões que nos levam a enxergar o mundo sob essa perspectiva do "nós" e "eles". Que fatores em nosso passado evolutivo forjaram a extrema facilidade com que formamos coalizões e reagimos de forma preconceituosa contra os estranhos a elas? Para muitos psicólogos, o ódio dirigido a "eles" tem origem na generosidade manifestada em relação a "nós" mesmos. Seres humanos são os únicos animais capazes de cooperar tão intensamente com pessoas que não fazem parte de seu clã. Essa característica se deve ao fato de que a adaptação à vida grupal foi decisiva à sobrevivência da espécie. Isolados, não escaparíamos dos predadores ao descer das árvores nas savanas da África, há cinco ou seis milhões de anos.

Como consequência, esperamos encontrar acolhimento e solidariedade quando estamos entre "nós", porque somos mais amigáveis, altruístas e pacíficos do que os de fora. Valores morais dessa magnitude nos autorizam a agir com violência contra inimigos que julgamos não possuí-los, em caso de disputas por territórios, prestígio social, empregos ou acesso a bens materiais. Nossos parentes mais próximos têm uma visão maniqueísta do mundo semelhante à nossa. Chimpanzés se juntam em bandos que atacam e matam membros de outras comunidades. Agressões por disputas intergrupais são descritas também em gorilas, bonobos e orangotangos, grandes primatas como nós.

O grupo de Laurie Santos, da Universidade Yale, estudou macacos rhesus, primatas que divergiram dos ancestrais que deram origem aos humanos 25 a 30 milhões de anos atrás. Colocados diante de fotografias, eles passavam muito mais tempo encarando as fotos dos macacos de outras comunidades. A conclusão é de que nossas reações diante de estranhos fazem parte de um mecanismo neural de detecção de ameaças, que nos permite distinguir rapidamente amigos de inimigos. Milhões de anos de seleção natural engendraram um sistema de segurança que erra menos ao disparar alarmes falsos do que se deixasse passar despercebida uma ameaça real. Nem todos, porém, reagem às sensações subjetivas de perigo da mesma maneira. Aqueles que apresentam reações exacerbadas e desproporcionais são justamente os mais sujeitos a exibir comportamento preconceituoso.

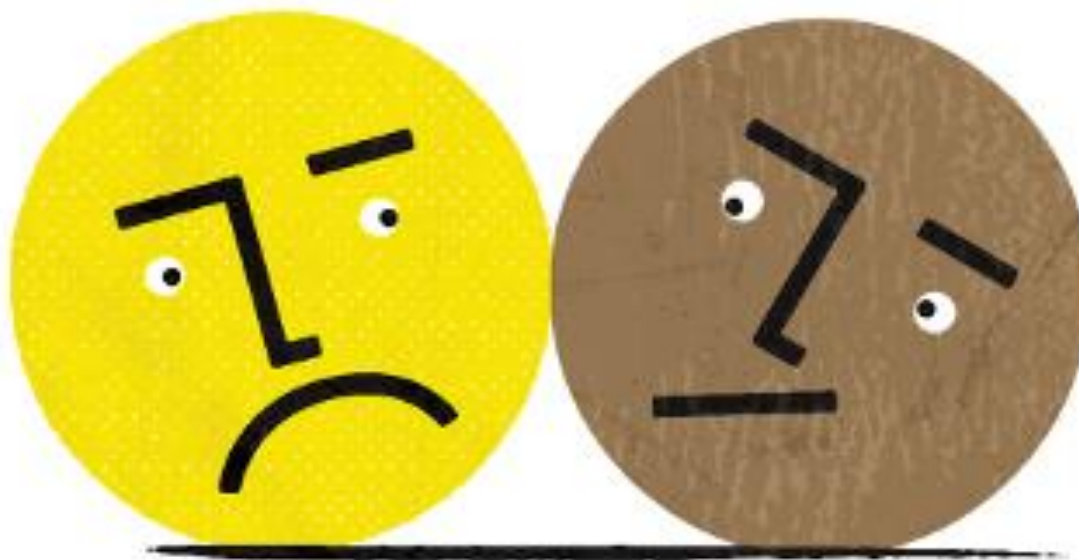
O preconceito contra "eles" se manifesta de forma mais clara contra os homens (hipótese do homem guerreiro). À luz da evolução, foram eles que fizeram as guerras e atacaram nossos ancestrais. Talvez por essa razão, homens negros sofram mais preconceito do que as mulheres da mesma cor, sejam tratados com mais violência pela polícia, recebam condenações mais longas, paguem alugueis mais altos e sejam ofendidos nos estádios de futebol. Temos ímpetos inatos para levantar fronteiras intergrupais que separam raças, línguas, comportamentos sexuais, religiões ou times de futebol. Uma vez que a linha fronteira seja demarcada, discriminamos automaticamente os que estão do lado de lá.

Embora o preconceito esteja alojado em áreas arcaicas do sistema nervoso central, sua expressão não é inevitável. Nosso córtex cerebral já evoluiu o suficiente para reprimi-lo, de modo a abandonarmos a bestialidade do passado e adotarmos condutas racionais centradas na tolerância e na aceitação da diversidade humana.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro 'Estação Carandiru' (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Plano Real: o mito da estabilidade e do crescimento (NILDO OURIQUES)

A vida sustentada pelo antigo mito da estabilidade em que se apoiaram os governos tucanos já não é mais possível e, de certa forma, tampouco o governo petista pode manter o controle da situação apenas com o “princípio de transformação da matéria mítica”, o crescimento



O PLANO REAL é o maior pacto de classe conquistado pela burguesia brasileira após abril de 1985. Fernando Henrique Cardoso lançou mão da antropologia estrutural de Lévi-Strauss para justificar sua adoção poucos dias antes de sua eleição para a Presidência da República ao assinalar o caráter simbólico, de extração mítica, da estabilização monetária. “A minha experiência de campanha é a seguinte: tudo aqui é simbólico. Você necessita criar um mito. E tem que contar a mesma história repetindo quem é bom e quem é mau. Tem que ter dois ‘Y’ e vai mudando na estrutura do mito, como Lévi-Strauss. É binário: o bem e o mal. Tem que contar durante toda a campanha de várias maneiras, o mesmo mito. Em nosso caso é a moeda. O que é o mal? A inflação. O que é o bem? A estabilização. Foi o que fizemos. A cada momento eu ataco outra vez o mito principal. Mito no sentido antropológico. Você tem que chegar à estrutura mais elementar e insistir nela. A cada três ou quatro programas eu volto ao assunto. O real é bom, a inflação é má. Quem está com a inflação são os maus, quem está com o real são os bons. Foi apenas isso.” (*Veja*, 27 set. 1994)

Enfim, o mito da moeda forte deu a eleição a FHC. No entanto, ainda que exale certa elegância, a lição estava incompleta. A antropologia estrutural de Lévi-Strauss, o antropólogo francês, revela a estrutura binária do mito, mas indica também, em outro texto, a importância da “morte dos mitos”, algo útil para analisar a situação atual quando observamos sinais de exaustão social com a estabilidade monetária.

No contexto brasileiro, quando as dificuldades do Plano Real se revelaram no segundo mandato de FHC e amplos setores sociais começaram a exigir o crescimento econômico, ocorreu o “princípio de transformação da matéria mítica”, ou seja, do mito da estabilidade nasceu o mito do crescimento econômico. Na primeira fase – os dois mandatos de FHC –, a função do mito garantiu a necessidade burguesa da estabilidade monetária. O ativismo sindical da época inflacionária não somente desacreditava o mercado, como indicou o comportamento Keynes, mas, sobretudo, permitia que a luta dos trabalhadores para recuperar o poder de compra corroído pela inflação alta impulsionasse níveis de consciência crítica maior no sindicalismo brasileiro. No período presidencial de Lula, quando a estabilidade já era “pão comido” e as novas gerações já

não se iludiam com o fantasma da volta da inflação – na realidade, estavam muito mais interessadas na luta contra os baixos salários –, surgiu no final do primeiro mandato (2003-2006) o mito do crescimento, ou seja, o princípio da transformação da matéria mítica que consta na antropologia estrutural do professor francês que se fez intelectual na colonização da USP.

Não há, portanto, oposição entre a fase neoliberal do Plano Real (governo FHC) e a emergência da fase desenvolvimentista (governos Lula e Dilma). Há, antes de tudo, *necessária continuidade* entre os dois governos, ainda que a fabricação da opinião pública insista na oposição *partidária* entre petistas e tucanos, como se, de fato, ambos não compartilhassem a mesma razão economia-política. Na prática, tem razão Gilberto Vasconcellos ao afirmar a existência do “petucanismo”, essa perversa forma de dominação burguesa que perpetua o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* no país, limitando o destino da nação à condição de um anão no jogo de poder mundial, da mesma forma que realiza uma inédita digestão moral da pobreza conveniente para as classes dominantes e, de quebra, exhibe a impotência da burguesia industrial comandada por São Paulo.

Não há que se iludir sobre o fundamental, pois tanto a fase da estabilidade econômica quanto o posterior “crescimento” outro destino não possuem senão a manutenção do país na condição de um gigante com pés de barro. Ambas as fases – a estabilidade e o crescimento – têm um custo demasiadamente elevado e comprometem não somente o futuro das próximas gerações, mas impedem, de maneira radical, a construção de um projeto nacional. Não deixa de ser expressão desse pacto de classe a quase coincidência entre os economistas de todos os candidatos com possibilidades eleitorais nas eleições que se aproximam. As divergências entre eles estão reduzidas quase que exclusivamente a uma “crise gerencial”, como se estivéssemos limitados a uma crise de competência na gestão da mesma política.

Nesse contexto, não haverá jamais – ao contrário da ideologia que rola entre os economistas como se fosse conhecimento científico – a possibilidade de uma combinação ótima entre as metas de inflação de um lado e a taxa de juros e de câmbio de outro, condição necessária para abrir a senda do crescimento. Há grave regressão intelectual na ciência econômica, pois os economistas se especializaram em explicar como o mundo deveria ser, e não as razões pelas quais ele é como é. Em consequência, atuam como ideólogos e destinam seu tempo e “teorias” ao ocultamento sistemático da realidade. Assim, ignoram as razões que levaram as distintas frações do capital ao desprezo das condições favoráveis existentes entre 2004 e 2008 para inaugurar a desejada fase de crescimento sustentado. Afinal, por que as travas do crescimento não foram removidas se as condições internas e externas eram então favoráveis?

Ao contrário do perigoso consenso estabelecido entre os economistas, opino que o megaendividamento estatal, a superexploração da força de trabalho e a severa regressão industrial são obstáculos insuperáveis para uma nova fase de expansão produtiva. O Plano Real, o pacto de classe que paralisa o Brasil, sustenta-se sobre três pilares. O primeiro deles – tanto na fase da estabilização (FHC) quanto na do suposto crescimento (Lula/Dilma) – é o gigantismo do endividamento estatal (interno e externo). Em junho de 1994, a dívida interna não superava R\$ 64 bilhões e FHC concluiu seu segundo governo com R\$ 700 bilhões. Lula não ficou atrás: após oito anos, a dívida interna alcançou R\$ 1,5 trilhão e Dilma tampouco vacilou em superar os R\$ 3 trilhões. Na mesma direção, o endividamento privado externo voltou a crescer e contribui de maneira direta para manter o automatismo da dívida segundo o qual quanto mais o país “paga”, mais a dívida cresce!

A consequência necessária dessa opção é que em nenhum ano o Estado brasileiro destinou menos de 44% do orçamento para o pagamento dos juros e dividendos da dívida. O superendividamento estatal trouxe duas consequências nefastas: por um lado, inibiu severamente a taxa de investimento estatal, variável indispensável para impulsionar o investimento privado que a política desenvolvimentista requer e, por outro, naturalizou o princípio neoliberal de austeridade fiscal, permitindo somente em termos marginais programas sociais consistentes e a melhoria da infraestrutura que os neoliberais exigem. É fácil observar a incapacidade do Estado brasileiro – prisioneiro do automatismo da dívida – e a impotência dos governantes diante do quadro. Quando explodiram as jornadas de junho, as propostas para melhoria do transporte público exigidas por milhões de pessoas não foram mais do que cosméticas, como podemos agora comprovar. Os empresários reclamam da elevada carga tributária como se esta não fosse, de fato, um princípio do endividamento estatal programado em junho de 1994, quando o Banco Central elevou a taxa de juros aos incríveis 49,9%. Em oposição, eles preferem afirmar que a dívida é resultado de um Estado ineficiente e perdulário, “tese” sem qualquer sustento.

O segundo pilar do Plano Real é a superexploração dos trabalhadores, agora devidamente ocultada pela ideologia da emergência da “nova classe média” e as “teorias” do “precariado”, entre outras. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República divulgou há poucas semanas a metodologia que terminou por criar uma poderosa classe média em nosso país. Agora, a *classe média alta* está definida pela renda *per capita* entre R\$ 741 e R\$ 1.019! Não é um luxo?

Antes da novidade, o quadro já era gravíssimo, pois no Brasil pelo menos 76% da população economicamente ativa recebe até três salários mínimos. A economia política inglesa ensina desde os tempos de Adam Smith (1776) a importância do *salário mínimo necessário* – aqui no Brasil calculado pelo Dieese –, que alcançou em junho o valor de R\$ 2.979,25, razão pela qual mais de 80% da PEA não atinge sequer as condições mínimas de reprodução da força de trabalho. Contudo, não estamos de mãos abanando. No lugar da antiga lição da economia política inglesa, o governo – e a oposição tucana também! – lançou mão da caridade cristã na forma de política social. A política social criada no governo FHC e turbinada por Lula mais tarde destina migalhas da riqueza social aos pobres e simula a impressão de que os governos petistas são mais sensíveis do que os tucanos. Ninguém ignora o desprezo aos pobres e a violência contra os sindicatos durante o governo de FHC, mas não se pode tampouco desprezar o fato de que a riqueza pública cresceu de maneira expressiva na última

década, razão pela qual as migalhas foram um pouco maiores nos governos petistas. No limite, a política social serve na prática de ideologia para a solução da “questão social” no estreito marco de um país dependente, onde, supostamente, já não seria mais um “caso de política” (Washington Luís) e poderia – na versão oficial – ser resolvida sem tocar na propriedade privada e/ou no poder político. Sem dúvida, o melhor dos mundos possíveis para a classe dominante! À classe média – e seus porta-vozes na TV que executam a política social petista e denunciam seu suposto caráter “populista” – fica garantida a paz social, pois os pobres já não são detentores de uma razão iracunda indispensável para a sobrevivência política e social e combustível necessário para o protesto social, mas se limitam à simulação de uma “cidadania” – necessariamente passageira e limitada – do consumo, sem custo maior para o Estado. Eis a razão pela qual, para dar apenas um exemplo, o principal programa do governo – o Minha Casa, Minha Vida – é tão modesto, incapaz de enfrentar ou sequer diminuir o déficit habitacional de 13 milhões que o país acumula.

Por isso, ao contrário do que diz a propaganda petista, os tucanos jamais revogarão os programas sociais dos últimos governos porque aqueles são parte de uma estratégia de dominação que interessa a ambos. Nenhum candidato da oposição eliminará os programas sociais e tampouco há sinais de que estamos diante da emergência de uma direita fascista capaz de atacar os pobres.

O terceiro pilar do Plano Real é o reforço do país numa posição adversa na divisão internacional do trabalho, ou seja, como mero exportador de produtos agrícolas e minerais. Esse processo aparece sob a forma de uma denúncia genérica contra a “desindustrialização”, cuja solução poderia ser – como indicam os tucanos – a redução ainda mais radical dos custos industriais via abertura industrial mais profunda destinada a importar peças, máquinas e equipamentos de países como a China. O governo descarta o nacionalismo econômico (política industrial) na pretensão de que com renúncia fiscal destinada a manter o consumo de geladeiras ou carros fosse possível constituir um projeto nacional e manter o pacto entre o capital transnacional e as frações perdedoras do agonizante capital nacional.

Contudo, contraditoriamente, há vida na agonia. A taxa de câmbio que denunciam sobrevalorizada é a mesma que permite aos industriais lucros extraordinários e, obviamente, dólar abundante e barato para importação de máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade do trabalho e condenam o processo de industrialização que simulam defender. Os comerciantes não ficam atrás e se lançam no Sudeste Asiático na compra de todo tipo de mercadorias com as quais inundam o mercado interno, “segurando” a pressão inflacionária e aprofundando a desnacionalização.

A experiência histórica demonstra que não pode existir mercado interno forte sem nacionalismo econômico. Ademais, a manutenção da superexploração da força de trabalho e a acelerada desnacionalização da produção de máquinas e equipamentos fecham o cerco contra as ilusões desenvolvimentistas segundo a qual o mercado interno seria capaz de sustentar a expansão de taxas de crescimento superiores às modestíssimas exibidas no governo da presidente Dilma. O fim da reforma agrária em nome da expansão da fronteira agrícola destinada à produção para exportação elimina qualquer esperança num projeto nacional de desenvolvimento. Contudo, é indispensável para manter o pacto entre latifundiários e transnacionais, além de contemplar capitais industriais e comerciais nacionais.

Os sinais de esgotamento do pacto chamado Plano Real são claros. O crescimento não chegou, causando inocultável constrangimento aos desenvolvimentistas; além disso, mesmo a modestíssima pressão inflacionária permite aos neoliberais o clima necessário para retomar a iniciativa política exigindo mais “reformas” na direção de eliminar direitos sociais considerados excessivos num país dependente e a afirmação da velha ortodoxia neoliberal. No limite, todos os candidatos à sucessão presidencial tramam em silêncio um novo ajuste que será considerado tão inevitável quanto necessário para o futuro da nação após as eleições. As greves voltaram nos últimos dois anos e o humor dos trabalhadores com a promessa de estabilidade e/ou crescimento não é o mesmo de outros tempos.

A vida sustentada pelo antigo mito da *estabilidade* em que se apoiaram os governos tucanos já não é mais possível e, de certa forma, tampouco o governo petista pode manter o controle da situação apenas com o “princípio de transformação da matéria mítica”, *o crescimento*. No mundo em crise, não pode haver dúvida a respeito: somente quando os trabalhadores superarem a condição cativa em que ainda se encontram poderão inaugurar um novo tempo em que construirão seu futuro com a energia criadora de suas próprias mãos, governados exclusivamente pela consciência crítica de seus próprios interesses.

NILDO OURIQUES é Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e membro do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: nildo@cse.ufsc.br. Ilustração: Daniel Kondo. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Setembro de 2014.**

A malha fina do ProUni (TORY OLIVEIRA)

Poupança de tios impede que estudante de baixa renda receba bolsa integral de medicina



O QUE SERIA o momento mais feliz da vida de Matheus Alpaccino Vale de Castro, 21 anos, transformou-se em um pesadelo. Poucos dias depois de ver o seu nome publicado em primeiro lugar na lista de espera pelas 15 vagas do curso de Medicina da Faculdade Santa Marcelina disponíveis para bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni), ele foi informado que havia sido desclassificado do processo seletivo por causa de problemas com a comprovação de renda. A camisa polo, branca como um jaleco de médico, que havia ganhado da tia voltou para a gaveta.

Apesar de se encaixar na faixa de renda de até um salário mínimo e meio per capita (1.086 reais) contemplada pelo programa de bolsas do governo federal, Matheus caiu na malha fina das documentações que precisam ser apresentadas para comprovação do nível de renda. Segundo o estudante, isso aconteceu porque ele apresentou para a instituição particular o Imposto de Renda do tio, com quem vive de favor em uma residência modesta, localizada em um bairro de classe média baixa do Guarujá, mas não é dependente. No entendimento da instituição, os rendimentos do tio eram incompatíveis com o nível de renda contemplado pelo ProUni.

Criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de janeiro de 2005, o ProUni oferece bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em instituições particulares de Ensino Superior. Desde a sua criação, o programa já atendeu 1.096.359 estudantes, 739 mil deles com bolsa integral. Matheus alega que, apesar de ele e a mãe viverem sob o mesmo teto dos tios e do primo, trata-se de dois núcleos familiares distintos, que apenas dividem o mesmo teto. Ex-aluno da rede pública de ensino, ele foi um dos únicos de sua turma a tentar entrar em um curso de Ensino Superior. Sem poder pagar um cursinho preparatório, passou o último ano estudando por conta própria. Não trabalha, só estuda. A mãe, Jucileide, deficiente auditiva e analfabeta, recebe 1.104 reais do INSS. O tio, 1.886 reais. Apesar de a renda per capita da família girar em torno de 600 reais, o tio possui um carro e uma poupança no valor de 70 mil reais. Esse último ponto, detalhado na declaração de Imposto de Renda, impediu a concessão da bolsa para Matheus.

Ao analisar as informações concedidas pelo candidato, a advogada Ana Esperança da Maia Pinheiro afirma que vê um "cenário de ilegalidade, repleto de vícios" no caso. Para ela, a renda familiar deveria levar em consideração apenas a renda própria do estudante e de sua mãe. "Os tios, apesar de viverem sobre o mesmo teto não podem ser incluídos como família, para se investigar a capacidade financeira do aluno. Ora, se fosse assim, um filho de empregada doméstica que tivesse um avô ou tio em melhores condições e morasse na mesma residência, sem necessariamente um vínculo de dependência, também estaria excluído do programa", justifica.

Segundo Ana Pinheiro, que atua em Brasília, é preciso atentar para princípios constitucionais que regem o Direito Administrativo, em especial o critério da razoabilidade. "Não é razoável que um estudante carente seja excluído sumariamente do programa, sem nem sequer ter tido direito a ampla defesa e contraditório, por ter o administrador interpretado, à margem da lei, os critérios, extremamente objetivos de concessão da bolsa", diz a advogada.

O artigo 19 da Portaria Normativa nº13, de maio de 2014, regulamenta o processo seletivo do ProUni referente ao segundo semestre deste ano. O artigo diz que, no processo de comprovação das informações, o coordenador do programa considerará, além da documentação apresentada pelo candidato, quaisquer outros elementos que demonstrem patrimônio, renda ou padrão de vida incompatíveis com as normas do programa.

Para Ana Pinheiro, não é o caso de Matheus. "O estudante possui dificuldades financeiras, não possui renda mensal maior que a permitida e não deve ser condenado a ter de viver em completa miséria, sem qualquer tipo de reserva financeira, para poder ter direito ao programa", afirma. Além disso, conforme o próprio regulamento, a instituição deveria ter aberto um prazo para que o estudante pudesse explicar a situação de fato o que, na visão da advogada, afastaria a possibilidade de que ele não possuía as condições necessárias para receber a bolsa. Procurada pela reportagem, a Faculdade Santa Marcelina defendeu, em nota, a decisão. "Pelas regras do Programa, determinadas pelo MEC, a instituição tem a obrigação de solicitar a documentação de todo o grupo familiar relacionado pelo candidato no Portal do ProUni, analisar e dar o parecer. Neste caso, a condição socioeconômica de todo o grupo familiar não atende aos parâmetros de concessão do benefício." Ainda segundo a nota, não é a primeira vez que esse tipo de exclusão acontece.

De acordo com o MEC, o candidato Matheus Alpaccino foi reprovado pela instituição na etapa de comprovação das informações. A justificativa é que "o candidato pelo valor da renda per capita estaria dentro do perfil exigido, porém apresentou declaração de IR do Sr. Luiz Fernando Neves e na mesma consta patrimônio que segundo o art. 19 da Portaria 13 de 29.05.2014 não permite concessão de bolsa." A informação solicitada pela reportagem do número de candidatos pré-selecionados que perderam a bolsa na fase de comprovação de renda não pode ser respondida pelo MEC. De acordo com o órgão federal, essa informação fica em cada uma das instituições de ensino privadas que participam do programa.

Desde 2013, o MEC endureceu as medidas contra fraudes no programa e passou a fiscalizar, periodicamente e por denúncia de irregularidade, os contratos dos bolsistas. O objetivo é garantir que apenas permaneçam no programa pessoas que se encaixem nos critérios de elegibilidade estabelecidos para receber o benefício. Para aqueles que já conseguiram o benefício, há algumas situações em que o aluno pode perder a bolsa. A primeira é o aproveitamento acadêmico abaixo do mínimo estipulado de 75%. Por exemplo, caso existam quatro disciplinas naquele período letivo, o estudante precisa ser aprovado em pelo menos três para continuar com o benefício. Outra situação é o aumento da renda ou melhora na condição socioeconômica da família. Caso seja constatado, ao longo do curso, "mudança substancial" da condição socioeconômica do estudante, ele perderá a bolsa.

Para Matheus, que ficou sabendo da não concessão da bolsa por telefone, o sentimento é de injustiça. "Perdi a minha bolsa de Medicina, que eu tanto busquei, por conta de bens que não me pertencem. Meus tios sentem-se culpados diante de toda essa situação, porque eles sabem o quanto eu luto todos os dias, estudando em casa para o vestibular", desabafa. Apesar de buscar ajuda legal para recorrer da decisão, o estudante afirma que agora pretende olhar para a frente e pleitear uma vaga em universidades públicas. "Tentar bolsa para mim agora é a opção Z, só em último caso."

TORY OLIVEIRA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA NA ESCOLA, Setembro de 2014.**

Má vontade com a saúde? (WALCYR CARRASCO)

FAZ POUCO, tive de renovar meu passaporte. Fiquei encantado com a eficiência da Polícia Federal. Agendei minha ida pela internet, ao aeroporto de Viracopos. Fui atendido por moças simpáticas, 15 minutos antes do horário previsto. O prazo de entrega era de sete dias. No dia marcado, rapidamente recebi meu novo passaporte.

Alguém pode imaginar que tudo caminhou tão bem porque sou um escritor conhecido. Coisa nenhuma. Todas as pessoas foram atendidas de forma igual. Lembrei com um arrepio na espinha quando tirei meu primeiro passaporte. Eu tinha 20 anos (faz tempo!). Tive de recorrer a um despachante, fiquei horas de pé numa fila. Atualmente, a eficiência da Polícia Federal eliminou até o despachante, um intermediário suspeito, para agilizar. Quando tirei nova carteira de identidade, o Poupatempo facilitou tudo. Sem filas imensas, fui atendido rapidamente, e o documento saiu no prazo. Ah, nem preciso comentar a eficiência do Imposto de Renda. Se meu dentista tentar ocultar o que lhe paguei, um sistema de cruzamentos eletrônicos descobrirá. Hoje há até nota fiscal eletrônica, que facilita tudo!

Se em tantos sistemas existe eficiência, por que não acontece o mesmo com a saúde? Suponha o caso de uma mulher, na periferia, que descobre um nódulo no peito. Em São Paulo, ela tem de ir até a AMA, espécie de posto de saúde, mais próxima. Marca consulta com um clínico geral, pessoalmente ou, com sorte, por telefone. Demora 20 dias, um mês. Mostra o nódulo e é encaminhada a um ginecologista. Mais um mês, por aí. O ginecologista pede exames, que demoram mais dois, três meses. Então ela marca nova consulta, com novo prazo. Se o ginecologista perceber uma alteração, a encaminhará a um oncologista, num hospital. Certas especialidades demoram mais, uns dois meses. O novo médico pede novos exames. Costumam ser realizados com maior rapidez, uns 15 dias. A paciente marca nova consulta. Ai, meu Deus, mais um mês... Só então ela descobre: é câncer.

Uma lei recente determina que, nesses casos, a operação não demore mais de 60 dias. Mas some todos os prazos. Dá cerca de um ano. Se for um câncer, não terá se espalhado pelo corpo? O câncer é uma doença que, em algumas pessoas, se desenvolve rapidamente, em outras não. Existem, não nego, oásis dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Os portadores de HIV são atendidos por uma rede paralela, recebem remédios. Iniciativa do ex-ministro da Saúde José Serra,

no governo de Fernando Henrique Cardoso, que transformou o país em parâmetro mundial no tratamento da aids. Mas não é a regra.

Conheci uma jovem que sentiu dores na perna. Foi de médico em médico, até constatar um câncer. Mesmo sendo atendida num excelente hospital público, em São Paulo, ia com o marido, um sushiman de vida modesta, às 4 da manhã para a fila. Já havia uma multidão. Aí, recebiam uma pré-senha. Sim, uma senha para entrar na recepção do hospital, quando houvesse lugar! Lá, recebiam outra senha, de atendimento. Quando conseguiu o tratamento, teve de amputar a perna. Mas ela voltou a sentir dores. Teve de reviver tudo: marcar consultas, exames etc. Novamente, tarde demais. Morreu aos 28 anos, deixou filho e marido. Muitas vezes, quando entro no Facebook, vejo a foto de uma linda moça, postada pelo viúvo em noites de saudade. Sempre diz que "há mais uma estrela no céu". Ele cria, sozinho, o menino de 7 anos, com muito amor. Mas a mãe faz falta, como não faria?

Jamais saberemos, mas é justo suspeitar que o tempo que ela perdeu entre cada consulta, cada exame, pode ter sido um fator decisivo para disseminar o câncer, causar a metástase. Como ela, há inúmeros casos, em várias enfermidades. Reconheço que os grandes hospitais oferecem bons tratamentos. Mas, para chegar lá, é preciso atravessar uma estrutura cruel, chamada SUS. Suponho que, se alguém tiver doença grave, o mais fácil é se atirar em frente a um carro nas proximidades do Hospital das Clínicas, em São Paulo. Irá para o pronto-socorro e, já internado, conseguirá o tratamento muito mais rapidamente que por meio do sistema demorado do SUS.

Humor negro? Pode ser. Fica a pergunta: se criaram uma estrutura de funcionamento tão hábil para o Imposto de Renda, entre outras atividades, o que impede de fazer o mesmo com a saúde? É só grana ou questão de vontade?

WALCYR CARRASCO é autor de telenovelas da Rede Globo de Televisão. **Revista ÉPOCA, Setembro de 2014.**

